

**Luiz Alberto Moniz Bandeira**  
**(Frankfurt am Main)**

**A contribuição da Alemanha**  
**para o desenvolvimento industrial do Brasil**

Durante o simpósio realizado em Heidelberg,<sup>1</sup> um dos colegas observou que eu não referi o contributo da imigração alemã ao desenvolvimento industrial do Brasil. Sem dúvida alguma, a imigração alemã foi muito importante para o Brasil, mas não constituiu o fator determinante no processo de industrialização. Entendo como industrialização do país sua passagem do estágio agro-exportador para o de fabricação predominante de manufaturas, sustentada pela indústria de máquinas e equipamentos. E neste particular, o que mais decisivamente colaborou para a transformação do Brasil de país agrário em país industrializado não foram os imigrantes, mas sim os capitais alemães que para lá afluíram, sobretudo, a partir de 1952. Não sou adepto da teoria da dependência, generalizadamente, porque no sistema capitalista mundial todos os países, dominantes ou dominados, são dependentes uns dos outros. Mas só se pode falar em país plenamente industrializado quando ele consegue desenvolver uma indústria de bens de capital capaz de sustentar a produção de bens de consumo duráveis e não-duráveis, e isto o Brasil o conseguiu, tanto que hoje possui uma indústria de bens de capital que, se não é completa, é quase completa e bastante integrada.<sup>2</sup> E

---

<sup>1</sup> Simpósio Interdisciplinar Teuto-Brasileiro «O Brasil no Processo de Transformação: Realidade e Percepções, Reflexão e Perspectivas», realizado entre 7 e 9 de Dezembro de 1994.

<sup>2</sup> O prof. Manfred Nitsch, da Universidade Livre de Berlim, comentou, no correr do debate, que os povos do Leste Europeu, ao contrário dos latino-americanos, se queixam que seus governos trataram de promover o desenvolvimento da indústria pesada em detrimento da produção de bens duráveis e não-duráveis de consumo. Certamente, houve nos países do antigo Bloco Soviético uma forte distorção na economia. Da mesma forma que o desenvolvimento de uma indústria de bens duráveis de consumo sem

desde há muitos anos exporta mais manufaturados (mais de 55 % para a Europa e os EUA) do que matérias-primas e produtos agrícolas. E, também neste setor, a contribuição da Alemanha foi deveras importante, sobretudo ao permitir-lhe ampliar a sua autonomia relativa na política internacional e levar os EUA a cooperarem para a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, nos anos 40.

A importância da Alemanha na política exterior do Brasil, àquela época, já se evidenciou. Ao extinguir a Missão Militar que enviara a Berlim após a Segunda Guerra Mundial, o Governo brasileiro, como o primeiro da América Latina a reconhecer a RFA, encarregou o Embaixador Mário de Pimentel Brandão de chefiar, em Bonn, a Missão Especial junto à *Allied High Commission*. Essa Missão Especial tinha caráter civil e, ainda que não possuísse *status* político e diplomático, recebera a «delicada tarefa» de estabelecer *ex novo* todos os intercâmbios entre o Brasil e um país que constituía «o fulcro de toda política mundial em relação à Europa».<sup>3</sup> Sem dúvida alguma, em meio da crescente escalada na Guerra Fria, a situação da RFA ainda se afigurava «precária», dado que sua estabilidade estava a depender do destino de toda a Alemanha, ainda ocupada, havia quase cinco anos, pelos exércitos dos EUA, Grã-Bretanha, França e URSS, e dividida, politicamente, em duas Repúblicas antagônicas, «de formação recente e de caráter provisório».<sup>4</sup> Porém, mesmo diante de tais circunstâncias, o

---

uma correspondente indústria de bens de capital, setor justamente que permite a auto-sustentação e auto-transformação do capitalismo, gera graves dependências externas, o desenvolvimento apenas da indústria pesada, sem uma satisfatória fabricação de bens de consumo duráveis e não duráveis, cria situações de extremo desequilíbrio econômico, como aconteceu nos países europeus. O desenvolvimento industrial, portanto, deve ser o mais harmônico e equilibrado possível. E isto o Brasil, de certo modo, alcançou.

<sup>3</sup> Instruções, confidencial, 921.(42)(81), Chanceler Raul Fernandes a Pimentel Brandão, Rio de Janeiro, 16 de Fevereiro de 1950, AHMRE-B, Bonn, Ofícios Expedidos, 1950/71.

<sup>4</sup> *Ibidem*.

Brasil tinha seus próprios interesses e objetivos, máxime econômicos e comerciais, a alcançar. O mercado alemão oferecia ao seu comércio exterior «grandes perspectivas», segundo a percepção do Itamaraty, pois havia produtos que ali sempre encontraram canais de escoamento e que, com a eclosão da guerra contra o Eixo, ficaram a depender de reduzido número de países importadores. Por outro lado, a abertura do mercado da Alemanha Ocidental tornava-se «imprescindível», por modo a «contrabalançar [...] a dependência» em que as importações, realizadas pelo Brasil, encontravam-se em relação aos EUA e, em desviando-as, economizar dólares para atender aos encargos do balanço de pagamentos.<sup>5</sup> Este, aliás, constituía, àquela época, um problema de fundamental importância. O Brasil, ao término da Segunda Guerra Mundial, dispusera de um saldo de US\$ 500 milhões.<sup>6</sup> Mas, ao invés de investir tais recursos em máquinas, ferramentas, meios de transporte e de comunicação, bem como na compra de outros bens imprescindíveis, o Governo do Presidente Enrico Dutra (1946-1951), orientado pela doutrina do liberalismo econômico, permitiu que aquele saldo se esvaísse quase exclusivamente, com importações de artigos de luxo — automóveis norte-americanos, aparelhos eletro-domésticos, jóias de imitação e artigos de matéria plástica. Além do mais, como a Grã-Bretanha, da mesma forma que a França, países com os quais a maior parte do saldo se encontrava, bloqueara o curso da libra e tanto não dispunha de mercadorias para atender à demanda quanto não tinha interesse em liquidar seus débitos comerciais atrasados, o Governo Dutra foi induzido a comprar — e o mesmo aconteceu com o do General Juan Domingo Perón na Argentina — as empresas ferroviárias (todas de capital britânico) São Paulo Railway

---

<sup>5</sup> *Ibidem.*

<sup>6</sup> Ofício nº 340, Embaixador Luiz de Faro Júnior ao Chanceler Vicente Rao, Bonn, 9 de Dezembro de 1953, Bonn, Ofícios, Setembro/Dezembro de 1953, AHI-MDB 7/5/7.

(Estrada de ferro Santos-Jundiaí), Leopoldina Railway e Great-Western, que constituíam enormes sucatas.

O Brasil, cuja indústria textil muito progredira e suas exportações, devido ao isolamento da Europa, chegaram a ocupar, em 1943, o segundo lugar na pauta do comércio exterior, com uma participação de 13 %, perdera também a maioria dos mercados, conquistados durante a guerra e nos dois anos subsequentes, quando se tornara o mais importante fornecedor de todos os países da América do Sul e até mesmo da União Sul-Africana,<sup>7</sup> no que se referia aos suprimentos de algodão.<sup>8</sup> Destarte, uma vez que, em 1947, o valor das importações brasileiras ultrapassara o das exportações, deixando um *deficit* de US\$ 53 milhões, e nada mais restava do saldo positivo em dólares, os atrasados comerciais alcançaram a cifra de US\$ 82 milhões, o que atingiu o crédito do país e provocou a suspensão dos fornecimentos. O Governo Dutra, por modo a enfrentar a crise, estabeleceu então o sistema de licença prévia para as importações e conteve a entrada de automóveis, a possibilitar ligeira melhoria na balança comercial, que apresentou um *superavit* de US\$ 88 milhões, em 1948, e de US\$ 17 milhões, em 1949, ainda assim insuficiente para atender aos compromissos financeiros, os serviços da dívida externa e dos capitais estrangeiros aplicados no Brasil. E esta situação se tornou angustiante, dado que a continuidade do desenvolvimento nacional exigia vultosas importações, inclusive para a reposição do material produtivo desgastado, o que a situação das contas externas não permitia. A origem da crise cambial, portanto, estava no fato de que a capacidade do Brasil para importar crescera, a longo prazo, em ritmo inferior ao do aumento da renda nacional. E, por modo a superar tal situação, a elevação do *quantum* das exportações brasileiras, cuja parti-

---

<sup>7</sup> A atual República da África do Sul.

<sup>8</sup> Ofício nº 340, Embaixador Luiz de Faro Júnior ao Chanceler Vicente Rao, Bonn, 9 de Dezembro 1953, Bonn, Ofícios, Setembro/Dezembro de 1953, AHI-MDB 7/5/7.



cipação no mercado mundial diminuiria, constituía fundamental necessidade, razão pela qual o restabelecimento do comércio com a Alemanha se afigurava imprescindível, uma vez que abriria a diversos produtos novos canais de escoamento e possibilitaria igualmente reduzir as importações da área do dólar, a aliviar a extrema dependência do Brasil em relação aos EUA.

Esta dependência tornara-se incômoda tanto mais quanto o Governo Dutra, no contexto da Guerra Fria, alinhara o Brasil incondicionalmente com os EUA, ao ponto de proscrever o Partido Comunista e romper relações diplomáticas e comerciais com a URSS, sem nada receber em contrapartida por tamanha devoção. O próprio Secretário de Estado, Dean Acheson, compreendeu o problema e advertiu o Presidente Truman que Getúlio Vargas, cuja candidatura à Presidência do Brasil o Partido Trabalhista Brasileiro promovera e sustentava, atacaria o Governo Dutra por não ter conseguido maior colaboração econômica e financeira dos EUA, aos quais faria, se eleito, agressivas e persistentes reivindicações.<sup>9</sup> Por sua vez, poucos meses depois de inaugurado o segundo Governo Vargas (1951-1954), o Embaixador da Grã-Bretanha, Neville Buttler, percebeu que ele tentaria conter a influência dos EUA, de cujas diretrizes políticas e militares o Brasil não seria «dócil adepto», e trataria de a ela contrapor os interesses da Europa.<sup>10</sup> Realmente, desde a campanha eleitoral, Vargas passara a criticar o Governo Dutra — e continuou a fazê-lo mesmo quando já se encontrava no exercício da Presidência da República — por gastar no exterior centenas de milhões de cruzeiros da reserva nacional,<sup>11</sup> bem

---

<sup>9</sup> *Memorandum*, secreto, Dean Acheson a Truman, Departamento de Estado, Washington, 1 de Maio de 1950. Harry S. Truman Library Papers of HST — President's Secretary's File.

<sup>10</sup> Despacho n.º 154, secreto, Buttler a Morrison, Rio de Janeiro, 4 de Julho de 1951, Seção 1.ª, PRO-FO 371-90563.

<sup>11</sup> Pronunciamento de Vargas na noite de 31 de Dezembro de 1951. Bericht, Conselho Hans U. von Marchtaler ao Auswärtiges Amt, Rio de Janeiro, 4 de Janeiro de 1952, Auswärtiges Amt, AA-PA, Band 2, 205-00/9 2 205-

como não escondeu seu ressentimento, da mesma forma que grande parte das elites brasileiras, tanto políticas quanto militares, com o fato de que os EUA, através do *Plano Marshall*, alocaram vultosos capitais na Europa, sobretudo para a reconstrução da Alemanha e da Itália, nações contra as quais lutara na Segunda Guerra Mundial, enquanto que em nada cooperaram para o desenvolvimento do Brasil.<sup>12</sup> Tal ressentimento, aliás, começara a manifestar-se dentro do próprio Governo Dutra e tão agudo se tornara que o Embaixador Mário de Pimentel Brandão, quando ao Itamaraty transmitiu, em 1950, a informação de que os Altos Comissários Aliados impugnaram a instalação de consulados alemães no Rio de Janeiro e em Santiago do Chile porque consideravam «a liberdade de ação do governo alemão na América Latina [...] como da maior inconveniência», ressaltou que

O *Plano Marshall* já nos sacrificou bastante em favor da Europa.<sup>13</sup>

O nacionalismo brasileiro já estava, então, a recrudescer. E, quando a RFA, em processo de recuperação da soberania, enviou, em 1951, ao Rio de Janeiro o primeiro Embaixador, Fritz Öllers, este logo compreendeu que o Brasil, dentro da moldura de suas obrigações internacionais, implementava uma política exterior, fundamentada sobre os próprios interesses nacionais, e seria, portanto, equivocado descrevê-lo como um

---

00 Tg G. Nr. 9/52.

<sup>12</sup> Telegrama, secreto, Embaixador Herschell V. Johnson ao Departamento de Estado, Rio de Janeiro, 9 de Maio de 1952, 8 p. m. NA 800-05/325-952; Telegrama — *Memorandum*, confidencial, a) Sterling J. Cottrel, Office of South America Affairs, Washington, 12 de Janeiro de 1953, NA 932/512/1-1253.

<sup>13</sup> Ofício nº 12, confidencial, Pimentel Brandão a Raul Fernandes, Bonn, 13 de Junho de 1950, AHMRE-B, Bonn, 1950/56.

«satélite dos EUA», conforme o fizera Otto Grotewohl, um dos dirigentes da RDA.<sup>14</sup>

Evidentemente, em um país com minério de ferro em abundância, um parque manufatureiro de bens de consumo, sobretudo textéis, já implantado, uma população da ordem de 55,5 milhões de habitantes,<sup>15</sup> a crescer a taxas bastante elevadas e em rápido ritmo de urbanização, o funcionamento, a partir de 1946, do complexo siderúrgico em Volta Redonda — a primeira usina para produção de aço em grande escala instalada na América Latina — ainda mais estimulava a expansão das forças produtivas do capitalismo e as crescentes necessidades do processo de industrialização passaram a condicionar o interesse nacional e a determinar o sentido de sua política e de suas relações exteriores. De qualquer forma, o Brasil tendia a afastar-se dos EUA, que, *de facto*, consideravam a Europa como sua primeira prioridade, devido à proximidade da URSS, e tratavam de manter os países da América Latina, situados à retaguarda, como fornecedores de matérias-primas estratégicas para as suas indústrias de armamentos. E Vargas, desde os primeiros meses de sua administração, empenhou-se no sentido de compensar a dependência do Brasil em face dos EUA, buscando na Europa mercados para suas exportações, sobretudo de café, e novas fontes de capital, equipamentos e tecnologia.<sup>16</sup> Naturalmente, havia dificuldades. O Embaixador Pimentel Brandão, já em 1950, acentuava que o *Plano Schumann* tinha como uma de suas principais finalidades a *mise en valeur* do continente africano, o que equivalia à criação de perigoso concorrente para os produtos naturais do Brasil, pois lá a França ainda possuía diversas colônias. Segundo ele, a perda do mercado europeu para as matérias-primas brasileiras era a perspectiva que então

---

<sup>14</sup> Bericht, Embaixador Fritz Öllers ao Auswärtiges Amt, Rio de Janeiro, 27 de Março de 1952, AA-PA, Band 2, 205-209, Tgb. Nr. 841 II/52.

<sup>15</sup> *Ibidem*.

<sup>16</sup> Despacho nº 202, M. S. William a K. G. Younger, Rio de Janeiro, 23 de Agosto de 1951, PRO-FO 371-90363.

se configurava.<sup>17</sup> Por isto, recomendara como a «única política séria» a ser adotada pelo Brasil com a «mais enérgica decisão» a de

aproximação intensa e multiforme [...] com a Alemanha, demandando [...] um esforço persistente e decidido para que essa aproximação se faça da maneira mais rápida e completa.<sup>18</sup>

Diante daquelas circunstâncias, dentro do contexto internacional bipolar da Guerra Fria, ao Brasil, na condição de país do Ocidente, só restava a opção de voltar-se para a Alemanha, que como Phoenix da cinzas ressurgia. A RFA tinha igualmente interesse em abrir ou reconquistar os mercados, perdidos pelo *III Reich* durante a Segunda Guerra Mundial, e o Brasil afigurava-se-lhe tão importante que, em começo de 1951, enviou ao Rio de Janeiro o *Ministerialdirektor* do *Bundeswirtschaftsministerium* (Ministério Federal da Economia), Barão von Maltzan, como Chefe da Missão Comercial, a fim de negociar um acordo de comércio e um convênio de pagamentos. Poucos meses depois, Carl Spiecker, amigo de Theodor Heuss, Presidente da RFA, visitou também o Brasil e outros países da América do Sul, com o objetivo de colher várias informações especialmente políticas e culturais. E outra vez o Barão von Maltzan voltou ao Rio de Janeiro, em 1951, como Chefe da Missão Especial, às cerimônias de posse de Getúlio Vargas na Presidência da República, por ele considerado um acontecimento de «grande transcendência», motivo de homenagens até então jamais concebidas e prestadas a uma personalidade ou a um país através de todo o mundo ocidental, o que significava «o reconhecimento da importância econômica e política da América do

---

<sup>17</sup> Ofício nº 12, confidencial, Pimentel Brandão a Fernandes, Bonn, 13 de Junho de 1950, AHMRE-B, Bonn, 1950/56.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

Sul». <sup>19</sup> Na oportunidade, ele manteve conversações com as novas autoridades, os Ministros da Fazenda, Ricardo Jaffet, das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, e o próprio Presidente Vargas, que manifestou o desejo de construir melhores relações com a Alemanha, adiantando que o Brasil tinha muitos artigos interessantes para exportação. <sup>20</sup> Sem dúvida alguma, o Brasil possuía enormes reservas de matérias-primas estratégicas e não se conformava com o fato de depender, havia 80 anos, da produção dos EUA, conforme, posteriormente, o próprio Chanceler João Neves da Fontoura salientou para Fritz Öllers, quando este, em meados de 1951, chegou ao Rio de Janeiro para apresentar as credenciais como o primeiro Embaixador da RFA na América do Sul. <sup>21</sup> O Governo brasileiro estava então convencido de que a guerra entre os EUA e a URSS mais cedo ou mais tarde ocorreria, razão pela qual pretendia aproveitar o prazo restante para impulsionar, em ritmo acelerado, o processo de industrialização do país, atraindo fábricas alemãs para que se instalassem no território nacional. Aliás, o próprio Vargas também manifestou esse desejo, pessoalmente, durante a conversa com o diretor do Serviço de Informações Econômicas de Bonn, Hans Fuchs, ao referir-se, *expressis verbis*, ao exemplo da Mannesmann, então disposta a instalar-se em Minas Gerais <sup>22</sup> para produzir 60 000 toneladas de tubo e 20 000 toneladas de aço. E, neste particular, à Alemanha cabia, segundo Fuchs, uma importância toda particular, visto que só ela oferecia a possibilidade de libertar, de certo modo, o Brasil dos

---

<sup>19</sup> Bericht über die deutsche Sondermission zum Regierungsantritt des Bundespräsidenten von Brasilien, Getúlio Vargas, in Rio de Janeiro am 31. Januar 1951, a) Dr. von Maltzan, Frankfurt, den 12. 2. 1951, AA-PA, Ref. 210-01/9.

<sup>20</sup> *Ibidem*.

<sup>21</sup> Bericht Nr. 48, Öllers ao Auswärtiges Amt, Rio de Janeiro, 2 de Julho de 1951, AA-PA, Ref. 210-02/9, Band 1.

<sup>22</sup> Bonner Privat-Informationen, Bonn, 7 de Setembro de 1951, Anexo ao Ofício n° 5, Faro Júnior a Fontoura, Bonn, 2 de Janeiro de 1952, Bonn, Ofícios, Janeiro / Abril de 1952, AHI-MDB 7/5/1.

«fortes laços unilaterais» que o ligavam aos EUA.<sup>23</sup> Mas aí também sua chance residia. E a Alemanha devia aproveitá-la, antes que os EUA a cortassem, o que fariam tão pronto deixassem de voltar suas atenções apenas para a produção de armamentos.<sup>24</sup> Fuchs informou, então, que, até meados de 1951, cerca de 40 projetos alemães, dos mais diferentes ramos industriais, encontravam-se em fase de estudos, com a perspectiva de realização no Brasil, onde indústrias da Suíça, Bélgica, Holanda e, sobretudo, França igualmente demonstravam interesse em investir.<sup>25</sup>

Não restava a menor dúvida de que o ressurgimento da Alemanha como potência comercial significava um forte alento para o Brasil, essencialmente porque a perda da Europa Oriental, que caíra sob o controle dos comunistas, impelia-a a voltar-se mais e mais na direção do Ocidente, a competir nos mercados onde a Grã-Bretanha e os EUA estabeleceram absoluto predomínio desde o início da Segunda Guerra Mundial. Em 1953, as exportações da RFA equivaleram a mais da metade das efetuadas pela Grã-Bretanha, o que notável feito configurava, dado que elas representaram cerca de 91 % entre 1929 e 1937.<sup>26</sup> A expansão do comércio com o Ocidente, máxime com a América Latina, não evitava, entretanto, que a RFA pretendesse também reconquistar seus antigos mercados no Leste Europeu. Este intuito se evidenciara, nitidamente, quando o *Bundestag* (Parlamento alemão) decidiu, por unanimidade, recomendar o reatamento de relações normais com os países do Bloco Soviético, com os quais os Aliados ampliavam seu intercâmbio, não obstante ainda imporem restrições à RFA. Em 1951, a Grã-Bretanha vendera-lhes mercadorias no montante de DM 360 milhões, contra exportações de DM 300 milhões, realizadas pela

---

<sup>23</sup> *Ibidem.*

<sup>24</sup> *Ibidem.*

<sup>25</sup> *Ibidem.*

<sup>26</sup> Ofício nº 290, Faro Júnior ao Chanceler Vicente Rao, Bonn, 29 de Outubro de 1953, Bonn, Ofícios, Setembro / Dezembro de 1953, AHI-MDB 7/5/7.

RFA, segundo revelação do seu Ministro da Economia, Ludwig Erhard.<sup>27</sup> A reabertura dos mercados da Europa Central e Oriental continuava a ser, portanto, de suma importância para a RFA, na medida em que, dentro de sua esfera natural de influência econômica, representavam o melhor escoadouro para sua produção, «sem comparação possível com os mercados de ultramar», o que os tornava «insubstituíveis».<sup>28</sup> Esta era a percepção do Embaixador brasileiro Luiz de Faro Júnior, para quem o reatamento das trocas comerciais entre a Alemanha e os países do Leste Europeu favoreceria, indiretamente, mas talvez de forma considerável, as exportações do Brasil, uma vez que ela sempre servira como centro de redistribuição de produtos tropicais, dos quais abastecia aqueles mercados, onde havia maior procura dos baixos tipos de café.<sup>29</sup>

De qualquer modo, o Brasil realmenteurgia aumentar as exportações para a RFA. Em 1952, elas totalizaram apenas DM 312,6 milhões, enquanto suas importações alcançaram o montante de DM 646,5 milhões, deixando um *deficit* de DM 333,9 milhões, apesar de que, no meado do ano, o Governo Vargas as suspendesse, provisoriamente, com o intuito de estabelecer o equilíbrio na balança comercial, ao mesmo tempo em que a Bonn enviava o Ministro Plenipotenciário João Alberto Lins de Barros, como chefe de uma Missão Especial, encarregada de negociar novo ajuste e examinar as «imensas possibilidades de investimentos alemães no Brasil».<sup>30</sup> Este era

---

<sup>27</sup> Ofício nº 85, Faro Júnior a Fontoura, Bonn, 3 de Junho de 1952; *Memo-randum* nº 26, Mês Econômico, Maio, 1952, Embaixada em Bonn /85/1952, Anexo único, Bonn, Ofícios, Maio-Agosto de 1952, AHI-MDB 7/5/2.

<sup>28</sup> Ofício nº 143, Faro Júnior a Pimentel Brandão, Ministro de Estado interino, Bonn, 24 de Junho de 1953, Bonn, Ofícios, Abril / Junho de 1953, AHI-MDB 7/5/5.

<sup>29</sup> *Ibidem*.

<sup>30</sup> Ofício nº 101, Faro Júnior a Fontoura, Bonn, 1 de Julho de 1952; *Memo-randum* nº 27, Mês Econômico, a) Ezequiel Ubatuba, Embaixada em Bonn 101/1952/, Anexo único, Bonn, Ofícios, Maio / Agosto de 1952, AHI-MDB

um fato muito surpreendente. Sete anos após o término da guerra, com uma renda nacional de DM 111 bilhões e investimentos da ordem de DM 20,4 bilhões, em 1951,<sup>31</sup> a Alemanha já então se preparava para recomeçar, igualmente, a exportação de capitais. A Krupp A. G. dispunha-se, àquela época, a montar, provavelmente no Rio de Janeiro, uma planta para fabricação de locomotivas.<sup>32</sup> Também a Volkswagen pretendia instalar uma fábrica em São Paulo e várias empresas, tais como a Rowenta Metallwarenfabrik e J. Trapp (metalúrgicas), Erich Goetze (aparelhos radiológicos e de raio X); Hummel-Werke (motocicletas), Gutehoffnungshütte (adubos químicos) e Glasinstrumentefabrik Willich (seringas para injeção), manifestavam interesse de instalar-se no Brasil, para onde desejavam transferir máquinas e equipamentos sem cobertura cambial, mas com o direito de os registrar, nos termos da lei, como investimento estrangeiro e promover a remessa de lucros e dividendos para o exterior ou mesmo a repatriação do capital, sob a forma de numerário.<sup>33</sup>

Àquela época, apesar das dificuldades, as companhias norteamericanas já se orientavam no sentido de construir fábricas de automóveis (não só para montagem) em São Paulo, por modo a não perder o mercado brasileiro. A Ford planejava produzir caminhões e tratores. E a General Motors tinha um projeto para fabricação de veículos de carga, com 80 % de peças nacionais. Entretanto, elas temiam, sobretudo, que o Governo brasileiro fizesse concessões à Alemanha, como defesa contra a importa-

---

7/5/2; Ofício nº 137, Faro Júnior a Fontoura, Bonn, 5 de Junho de 1953; *Memorandum* nº 38, Mês Econômico, Embaixada em Bonn, 137/1953/, Anexo único, Bonn, Ofícios, Julho / Agosto de 1953, AHI-MDB 7/5/6.

<sup>31</sup> Ofício nº 79, Faro Júnior a Fontoura, Bonn, 28 de Maio de 1952, Bonn, Ofícios, Maio / Agosto de 1952, AHI-MDB 7/5/2.

<sup>32</sup> Ofício nº 183, Faro Júnior a Fontoura, Bonn, 5 de Novembro de 1952; *Memorandum* nº 31, Mês Econômico, Embaixada em Bonn 183/1952/, Anexo único, AHI-MDB 7/5/3.

<sup>33</sup> Ofício nº 240, Manoel Pio Corrêa Júnior, Encarregado de Negócios, a Vicente Rao, Bonn, 28 de Setembro de 1953, Bonn, Ofícios, Setembro / Dezembro de 1953, AHI-MDB 7/5/7.



ção de automóveis, e outros favores até que a indústria automobilística nacional adquirisse competitividade.<sup>34</sup> Realmente, não apenas a Volkswagen, mas também a Mercedes-Benz se preparava para instalar uma fábrica no Brasil. Já adquirira um terreno de 200 000 m<sup>2</sup>, na Via Anchieta, entre a cidade de São Paulo e o porto de Santos, bem como cerca de US\$ 1,5 milhão em máquinas e equipamentos, que, em Hamburg, apenas aguardavam para embarcar a licença de importação solicitada ao Governo brasileiro.<sup>35</sup> E ao que tudo indicava, não haveria problema em obtê-lo. Tanto o projeto da Mercedes-Benz quanto o da Volkswagen correspondiam ao objetivo de nacionalizar a produção da indústria automobilística e por esta razão, durante o Governo Vargas, a tendência no sentido de favorecer as empresas alemãs estava a crescer não só nas Forças Armadas como também nos círculos do Itamaraty. Aliás, não fosse a concorrência da Volkswagen e da Mercedes-Benz, a investirem, desde 1953, em projetos para fabricação (não apenas montagem) de automóveis e caminhões no Brasil, a Ford e a General Motors provavelmente nunca o fariam, pois pretendiam conservar o mercado para as suas exportações, a partir dos EUA.

Ao recomendar uma rápida solução para o problema dos bens (*Vermögen*) alemães confiscados durante a guerra, o qual ainda entorpecia a relação entre o Brasil e a RFA, o Embaixador Álvaro Teixeira Soares, Chefe da Divisão Política do ministério das Relações Exteriores, perguntou:

[...] Qual o grande país europeu que nos poderia fornecer técnicos e aparelhamento, a preços mais baratos e em condições mais vantajosas que os norte-americanos? Qual o grande país que, diferentemente dos EUA, tem interesse em ajudar-nos no processo de nossa industrialização? [...] Qual o país que tem possibilidade muito grande de oferecer-nos o *know how* de técnica, operários especializados, maquinaria e até mesmo capitais?

---

<sup>34</sup> Bericht, Tgb. Nr. 2149/53, Generalkonsulat der Bundesrepublik Deutschland an das Auswärtige Amt, São Paulo, den 10. 12. 1953, AA-PA, Ref. 415, Band 44.

<sup>35</sup> *Ibidem*.

E ele próprio respondeu:

Esse país só pode ser a Alemanha.<sup>36</sup>

O Embaixador Teixeira Soares, referindo-se ao caso da Companhia Nacional de Alcalis, «cujos capitais buscados em vão nos EUA», após seis anos de luta e «constantemente bloqueados pela Dupont de Nemours», foram finalmente obtidos na França, «sem maiores dificuldades», ressaltou que,

Neste particular, teremos de vencer resistências de certo ponto do quadrante — para sermos mais claros, os EUA —, porque interesses criados na órbita do dólar vêm obstando a que floresça um comércio eficiente e crescente com a Alemanha: é, mais que isso, que a Alemanha nos proporcione assistência técnica, maquinaria e capitais.<sup>37</sup>

O nacionalismo, que o Governo Vargas exprimia, voltava-se, como nos demais países da América Latina, contra o domínio dos EUA. E naturalmente buscou respaldo nos interesses europeus, mormente alemães, que o adensaram e lhe deram maior substância econômica, na medida em que estavam interessados em reconquistar os mercados perdidos, durante a Segunda Guerra Mundial, na América Latina. Entretanto, naquela conjuntura da Guerra Fria, ao agravar-se, durante os anos 50, a confrontação entre os dois pólos de poder internacional, a alguns círculos liberais e conservadores se lhes antolhava que qualquer manifestação contrária aos EUA resultava de manobra comunista, visando ao favorecimento da URSS. Por este motivo, *inter alia*, o Consulado-Geral da RFA em São Paulo procurou, cautelosamente, minimizar as notícias sobre a concorrência entre as companhias alemãs e norte-americanas,

---

<sup>36</sup> Informação para o Embaixador Pimentel Brandão, Secretário-Geral do Itamaraty, a Álvaro Teixeira Soares, Chefe da Divisão Política, Rio de Janeiro, 29 de Março de 1953, AHMRE-B 811(42)(00), Relações Econômicas, Financeiras e Comerciais, (78) a (816), 1947/67-9927.

<sup>37</sup> *Ibidem*.

inclusive sobre a criação da Comissão Mista Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Econômico, que muitos imaginavam vir a ser a sucessora da extinta Comissão Mista Brasil-EUA, com a finalidade de completar os projetos do Programa do Ponto 4.<sup>38</sup> A frequência com que a imprensa, a partir da publicidade em torno do projeto da Volkswagen, passara a abordar a questão parecera-lhe uma tentativa de jogar a Alemanha contra os EUA. E, sob sua inspiração, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou um editorial, a afirmar que a RFA não tinha a intenção de estimular uma política econômica anti-norte-americana.<sup>39</sup>

Quando o Governo Vargas caiu, em 24 de Agosto de 1954, a RFA já orientava suas relações comerciais e seus investimentos externos da direção, sobretudo, do Brasil, entre outros países da América do Sul, como Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai. Apesar da crise de energia elétrica, dos reveses da política financeira bem como da relativa falta de matérias-primas, máquinas e peças de reposição, que importadas não podiam ser devido à escassez de divisas, a industrialização ali prosseguira, impetuosamente, e quem se excluiu daquele

---

<sup>38</sup> Bericht — 303-02 Tgb. Nr. 126/54, Generalkonsulat der Bundesrepublik Deutschland an das Auswärtige Amt, São Paulo, den 26. 1. 1954, AA-PA, Ref. 306, Band 90; A Comissão Mista Brasil-EUA fora criada pouco antes da posse de Vargas na Presidência da República (1951), a fim de equacionar os problemas e formular projetos de desenvolvimento, nos setores de transporte, distribuição e energia, entre outros. Mas o andamento dos trabalhos da Comissão Mista desapontou Vargas. E, entre Junho e Julho de 1953, o Departamento de Estado decidiu, unilateralmente, encerrar suas atividades. Veja-se Moniz Bandeira 1989: 30-39. Em informação, secreta e datada de 29 de Abril de 1953, o Embaixador Teixeira Soares propusera ao Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Pimentel Brandão, a criação de uma Comissão Mista Brasil-Alemanha, no tipo da que com os EUA ainda funcionava, para zelar pelo «andamento da política comercial entre os dois países», com «termos concretos de mensuralidade econômica e fitos políticos». AHMRE-B 811 (42)(00), Relações Econômicas, Financeiras e Comerciais, (78) a (81b), 1947/67-9927.

<sup>39</sup> Bericht 303-02 Tgb. Nr. 126/54, Generalkonsulat der Bundesrepublik Deutschland an das Auswärtige Amt, São Paulo, den 26. 1. 1954, AA-PA, Ref. 306, Band 90.

processo, conforme o Consulado-Geral da RFA em São Paulo observara, perderia um dos mais importantes mercados da América Latina.<sup>40</sup> Só no Estado de São Paulo, onde, segundo se dizia, 8 ½ obras por hora se realizavam e 50 000 fábricas foram fundadas, em 1953, seu rápido crescimento se afigurava tão estrondoso que o Secretário de Estado norte-americano, Dean Acheson, proclamou-o como o «verdadeiro milagre brasileiro».<sup>41</sup> Naquela época, vinte firmas alemãs, tais como Krupp, Mercedes-Benz, Volkswagen, Büssing, R. Bosch GmbH e August Oetker, já estavam lá instaladas.<sup>42</sup> Porém, a decisão de orientar as relações comerciais e os investimentos externos da RFA, principalmente, na direção do Brasil fora tomada, ao que tudo indicava, após a viagem que o seu Ministro da Economia, Ludwig Erhard, fizera à América do Sul, em Abril de 1954, e percebera seu potencial econômico.<sup>43</sup>

Segundo o próprio Erhard admitira, os objetivos da visita aos países da região «mudaram visivelmente» no transcurso da viagem, pois seu receio de que a «tendência inflacionária» e o «pronunciado dirigismo estatal» impedissem o desenvolvimento da riqueza e das relações com o «mundo livre» desaparecera, ao conhecer mais intimamente as circunstâncias econômicas e políticas em que viviam e assim entender melhor os problemas que enfrentavam.<sup>44</sup> Ele tivera a «feliz experiência» e «especial-

---

<sup>40</sup> Bericht 330-00 Tgb. Nr. 537/54, Generalkonsulat der Bundesrepublik Deutschland, São Paulo, 5 de Abril de 1954, AA-PA, Ref. 415, Band 44.

<sup>41</sup> *Ibidem.*

<sup>42</sup> Anlage zu Bericht vom 5. 4. 1954, 330-00 allg. 537/54, *ibidem.*

<sup>43</sup> Ofício n° 177, Faro Júnior a Vicente Rao, Bonn, 21 de Maio de 1954, Bonn, Ofícios, Abril / Maio de 1954, AHI-MDB 7/5/9; Presse- und Informationsamt der Bundesregierung — Pressekonferenz mit Bundeswirtschaftsminister Prof. Ludwig Erhard am Donnerstag, den 22. April 1954, 17 Uhr, im Bundesratssaal, ALES.

<sup>44</sup> Discurso proferido pelo Ministro da Economia da Alemanha no banquete em sua homenagem, realizado no Palácio do Itamaraty em 14 de Abril de 1954, AHMRE-B 811 (42)(00), Relações Financeiras e Comerciais, (78) a (816), 1947/67 9927.

mente significativa» no Brasil de saber que seus governantes estavam perfeitamente conscientes quanto ao perigo daqueles métodos, dos quais manifestavam a vontade de livrar-se, na medida do possível, abrindo uma «tendência para o multilateralismo e maior liberdade econômica». <sup>45</sup> De fato, as intervenções do Estado na economia, durante o Governo Vargas, decorreram das necessidades de defender os interesses nacionais e o desenvolvimento do país, como tendia, àquele tempo, a ocorrer no setor da energia elétrica, cujo *deficit* na produção, a ameaçar a continuidade do processo de industrialização, aumentava cada vez mais porque as empresas (Bond & Share e Light, de capital norte-americano e canadense) não mais faziam investimentos para sua expansão, a preferirem outros ramos mais rentáveis de negócios. <sup>46</sup> E, conforme o Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Vasco Leitão da Cunha, salientara, o Governo brasileiro, a compartilhar com o alemão a crença nos benefícios do comércio multilateral, julgava, de sua parte, vital à «estabilidade econômica» do país a diversificação dos mercados internacionais, não só daqueles para os quais exportava, mas também, e sobretudo, daqueles para onde se voltava, em busca de bens de capital essenciais à sua industrialização. <sup>47</sup> Isto significava, em outras palavras, que o Brasil, ao aceitar o multilateralismo comercial, queria igualmente libertar-se da quase absoluta dependência em que ainda se encontrava em relação ao mercado norte-americano e que, para tanto, o desenvolvimento das relações econômicas com a Alemanha, que tornara a ocupar, poucos anos depois do término da Segunda Guerra Mundial, o

---

<sup>45</sup> *Ibidem*.

<sup>46</sup> Bericht 330-00 Tgb. Nr. 537/54, Generalkonsulat der Bundesrepublik Deutschland, São Paulo, 5 de Abril de 1954, AA-PA, Ref. 415, Band 44.

<sup>47</sup> Discurso pronunciado pelo Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Vasco Leitão da Cunha, no banquete em homenagem a Ludwig Erhard, AHMRE-B 811 (42)(00), Relações Econômicas, Financeiras e Comerciais, (78) a (816), 1947/67-9927.

segundo posto entre os seus parceiros,<sup>48</sup> afigurava-se-lhe a melhor alternativa.

Assim, durante prolongadas conversações entre Erhard e o Ministro brasileiro, Oswaldo Aranha, acertaram introduzir cada vez maior liberdade no intercâmbio entre o Brasil e a Alemanha, a começar pela adoção de certas medidas, provisoriamente, até o final das negociações, que em Bonn prosseguiriam. O sistema de pagamentos e o intercâmbio comercial entre os dois países passaria, já, a funcionar em bases mais liberais, ou seja, o Governo brasileiro acabaria o controle de contingentes para o licenciamento de importações oriundas da RFA e o Banco do Brasil, em consequência, teria de oferecer as divisas necessárias, através de licitações simultâneas em todas as bolsas do país, e a cotar o dólar-convênio (*Vertragsdollar*) alemão no mercado de taxa livre, de modo a incrementar o interesse do capital alemão em empresas brasileiras.<sup>49</sup> A perspectiva, então delineada, da livre negociabilidade da *Deutsche Mark* no mercado brasileiro de câmbio entusiasmou, particularmente, Erhard, que se dispôs a advogar, perante o Conselho de Ministros, um acordo para a consecução de tal iniciativa, embora ela viesse a acarretar uma ligeira desvantagem para os exportadores alemães, obrigados assim a concorrer com os norte-americanos, sem a vantagem de uma moeda especial de troca, mas possibilitaria reduzir, senão

---

<sup>48</sup> *Ibidem.*

<sup>49</sup> Ata final das conversações entre o Ministro da Economia da RFA, Prof. Ludwig Erhard, e o Ministro da Fazenda do Brasil, Sr. Oswaldo Aranha, Rio de Janeiro, 14 de Abril de 1954, confidencial, AHMRE-B 811(42)(00), Relações Econômicas, Financeiras e Comerciais, (78) a (816), 1947/67-9927; Telegrama nº 2185, expedido, confidencial, MRE para a Embaixada em Bonn, 20 de Abril de 1954, AHMRE-B, Bonn, CT Exp., 1947/59; Der Bundesminister für Wirtschaft — IP — Tages-Nachrichten (Für den Dienstgebrauch), Bonn, den 17. 3. 1954, Nr. 1840; den 13. April 1954, Nr. 1863; den 14. 4. 1954, Nr. 1864; den 15. 4. 1954, Nr. 1865; den 21. 4. 1954, Nr. 1867, ALES.

eliminar, rapidamente, o saldo devedor do Brasil.<sup>50</sup> Apesar da cautela quanto ao prognóstico de que o volume das transações entre os dois países alcançasse o montante de US\$ 142 milhões dentro do ajuste comercial, a política da RFA consistia, na verdade, em incrementar as importações oriundas do Brasil, no qual seus círculos empresariais, desde antes da viagem de Erhard, já se mostravam propensos a aproveitar ao máximo sua capacidade de investimentos.<sup>51</sup> Com efeito, a participação do algodão brasileiro nas importações alemãs já subira de 3,7 % para 6 % em fins de 1953, a do cacau saltara de 8,5 % para 19,5 % e as vendas de minério de ferro atingiram a cifra de DM 44,8 milhões, quatro vezes mais do que em 1952, ou seja, pulando de 2 % para 7 % do total das compras do produto realizadas pela RFA.<sup>52</sup> A única exceção fora o café, que declinara, ligeiramente, de 46,2 % em 1952 para 41,1 % em 1953.<sup>53</sup> E, nos nove primeiros meses de 1954, as exportações brasileiras para a RFA excederam a previsão de US\$ 106 milhões, a aproximar-se do esperado para o ano todo.<sup>54</sup>

A mudança do governo, com o suicídio de Vargas e a ascensão do poder das correntes mais favoráveis aos interesses dos EUA, propiciou, no entanto, certas modificações na política econômica do Brasil. E o regime instituído pela Instrução 99 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), do Banco do Brasil,<sup>55</sup> pareceu aos empresários alemães criar uma situação

---

<sup>50</sup> Ofício nº 133, confidencial, Faro Júnior a Rao, Bonn, 23 de Abril de 1954, AHMRE-B, Bonn, Ofícios Recebidos, 1950/56.

<sup>51</sup> Ofício nº 70, Faro Júnior a Vasco Leitão da Cunha, Ministro de Estado Interino, Bonn, 11 de Março de 1954, Bonn, Ofícios, Janeiro / Março de 1954, AHI-MDB 7/5/8.

<sup>52</sup> Ofícios nº 128 e 129, Faro Júnior a Rao, Bonn, 21 de Abril de 1954, Bonn, Ofícios, Abril / Maio de 1954, AHI-MDB 7/5/9.

<sup>53</sup> *Ibidem*.

<sup>54</sup> Ofício nº 16, Faro Júnior ao Chanceler Raul Fernandes, Bonn, 6 de Janeiro de 1955, Ofícios, Janeiro / Fevereiro de 1955, AHI-MDB 8/1/1.

<sup>55</sup> Àquela época, a SUMOC exercia as funções de um Banco Central, responsável pela política monetária.

preferencial em benefício das exportações brasileiras dirigidas à área do dólar, na medida em que 20 % dos cambiais no mercado livre poderiam ser negociados e permitir ganhos em cruzeiros bem superiores aos que as vendas para a RFA possibilitavam.<sup>56</sup> E eles receberam que, em consequência, as ofertas de dólares-convênio da Alemanha declinassem nas licitações do Banco do Brasil, a acarretar prejuízos para as importações procedentes daquele país.<sup>57</sup> Protestos houve e o Presidente do Banco do Brasil, Clemente Mariani Bittencourt, declarou que a redução da quota de importação de cafés do Brasil pela RFA prejudicava muito mais o intercâmbio entre os dois países do que medidas tomadas de acordo com os interesses nacionais. Entretanto, o Encarregado de Negócios do Brasil em Bonn, Ministro Manoel Pio Correa Júnior, esclareceu que não houve redução da quantidade «permitida» de compras e sim da quantidade «obrigatória». E ponderou ao Itamaraty que, se algum dano adviesse ao intercâmbio comercial entre os dois países, o qual sob «aspecto singularmente auspicioso se apresentava», decorreria não de medidas tomadas em relação aos cafés brasileiros, desde que eles se mantivessem em um nível de preços competitivos, e sim de um «desvio de expedientes exportáveis para outros mercados, motivado por maiores atrativos de ordem cambial.»<sup>58</sup> Por sua vez, o Embaixador da RFA no Brasil, Fritz Öllers, previu que, embora a oferta de dólares-convênios da Alemanha, nos leilões de divisas, fosse ainda relativamente maior do que a dos outros países, algumas reações incômodas sobreviriam, quando as pretensões dos EUA — Tratado Interamericano de Comércio, União Interamericana

---

<sup>56</sup> Ofício nº 368, Ministro Conselheiro Manuel Pio Correa Júnior a Raul Fernandes, Bonn, 18 de Setembro de 1954, Bonn, Ofícios, Setembro de 1954, AHI-MDB 7/5/11.

<sup>57</sup> *Ibidem.*

<sup>58</sup> *Ibidem.*



de Pagamentos — se realizassem.<sup>59</sup> Segundo ele, se quisesse manter sua posição no Brasil, a RFA deveria rever sua política de investimentos, não deixando de desempenhar importante papel nos momentos psicologicamente corretos, que lá ocorressem, como em qualquer outro país, tal como o fez, ao apoiar o projeto de produção de locomotivas, quando os EUA o abandonaram.<sup>60</sup> O Embaixador Öllers ponderou, entretanto, que a RFA, na questão dos financiamentos, devia buscar um *modus vivendi* com os EUA, pois uma falta contra a lógica política se lhe afigurava o fato de os dois países, que estreitas relações mantinham, estarem a competir, economicamente, em um importante mercado, como o Brasil, um país tão grande em que espaço havia para ambos.<sup>61</sup> Uma vez que haveria dificuldades em convencer os bancos norte-americanos a financiar empresas alemãs, a solução talvez fosse tentar obter de instituições sob a influência do Governo norte-americano, como o Banco Mundial, o financiamento para os seus projetos.<sup>62</sup>

Ainda antes de assumir a Presidência da República, Juscelino Kubitschek (1956-1961), além dos EUA, visitou cinco países da Europa, entre os quais a RFA, convidado tanto pelo governo quanto por algumas das suas mais importantes indústrias.<sup>63</sup> Devido à situação política interna, ele recebeu ausentar-se longamente do Brasil, e por esta razão não pôde demorar-se em cada um mais do que dois dias, exceto nos EUA, pois sabia que, enquanto lá estivesse, seus adversários não intentaríamos qualquer manobra ou mesmo um golpe de Estado que o impedisse de

---

<sup>59</sup> Bericht 301-00 Tgb. Nr. 2536/54, Botschaft der Bundesrepublik Deutschland an das Auswärtige Amt, Rio de Janeiro, 23 de Setembro de 1954, AA-Pa, Ref. 306, Band 90.

<sup>60</sup> *Ibidem.*

<sup>61</sup> *Ibidem.*

<sup>62</sup> *Ibidem.*

<sup>63</sup> Bericht 010-01 Tgb. 3512/55/II, vertraulich, Botschaft der Bundesrepublik Deutschland an das Auswärtige Amt, Rio de Janeiro, 13. 12. 1953, AA-PA, Ref. 306, Band 85.

chegar ao Governo.<sup>64</sup> No entanto, apesar da escassez de tempo, excepcional homenagem lhe foi prestada em Bonn. Pela primeira vez, o Presidente da RFA, Theodor Heuss, recebeu para um pequeno almoço (*Frühstück*), ao meio dia, um visitante que Chefe de Estado ainda não se tornara<sup>65</sup> e, igualmente, o *Kanzler* Federal, Dr. Konrad Adenauer, ofereceu uma recepção a personalidade estrangeira, em sua residência oficial, ao Palácio Schaumburg. Estes fatos não apenas evidenciaram o fortalecimento da RFA no Brasil como também representaram, naquelas circunstâncias, significativo apoio a Kubitschek, cujo governo conforme tanto as autoridades quanto os empresários esperavam, nova fase no relacionamento entre os dois países deveria inaugurar. No encontro com o Presidente Heuss, o próprio Kubitschek declarou que, a partir de 1º de Fevereiro de 1956, um dia após sua posse como Presidente da República, as relações do Brasil com a RFA tomariam forma diferente e acentuou que, como valiosos colaboradores e amigos, aceitaria os que lá tecnologia e capitais investir quisessem.<sup>66</sup> Por outro lado, durante a recepção para a qual Kubitschek convidara cerca de 300 personalidades da indústria, comércio e governo, o Vice-Presidente da *Bundesverband der Deutschen Industrie* (Confederação Alemã de Indústria), o Sr. Kost, anunciou que muitas grandes e médias empresas da RFA estavam interessadas em investir no Brasil, se obtivessem condições satisfatórias de rendimento, amortização e retorno dos capitais aplicados, após a abertura de suas filiais.<sup>67</sup> E, na mesma oportunidade, ele manifestou a impressão de que o comércio entre os dois países,

---

<sup>64</sup> *Ibidem.*

<sup>65</sup> A única exceção fora a Princesa Margareth da Grã-Bretanha.

<sup>66</sup> Konzept — Bericht 192/56, Auswärtiges Amt an die Botschaft der BRD — Rio de Janeiro; an das Generalkonsulat der BRD — São Paulo; an das Konsulat der BRD — Porto Alegre, usw., an die Botschaft der BRD — Buenos Aires, usw., Bonn, 25 de Janeiro de 1956, AA-PA, Ref. 306, Band 23.

<sup>67</sup> *Ibidem.*

que estagnado esteve no segundo semestre de 1955, voltaria a reativar-se depois que Kubitschek assumisse o governo, em 31 de Janeiro de 1956.<sup>68</sup>

Efetivamente, as compras da RFA no Brasil, que aumentaram quase 50 %, ao pularem de US\$ 95 milhões, em 1953, para US\$ 158 milhões, em 1954, decaíram para US\$ 57 milhões, no primeiro semestre de 1955, contra US\$ 71 milhões, no mesmo período do ano anterior, e não evoluíram nos meses subsequentes,<sup>69</sup> devido, ao que tudo indicava, à política cambial do Governo Café Filho, favorável à área do dólar, quer dizer aos EUA. O Banco do Brasil, nos leilões de divisas, tendia a desvalorizar as moedas dos países, como a RFA, com os quais o comércio se desenvolvia através de acordos bilaterais, em benefício daqueles que praticavam o multilateralismo. Além do mais, outros problemas houve, como a reexportação por firmas da RFA de café brasileiro, comprado com moeda convênio, para a área do dólar. Cerca de 242 900 sacas, no correr de 1953, teriam sido registradas sob falsa indicação de destino e vultosa transação clandestina ocorrera, envolvendo a troca de café brasileiro por cevada, operação esta, da ordem de US\$ dez milhões, financiada pelo Barão Friedrich Karl von Oppenheim, Cônsul honorário do Brasil em Köln e chefe da casa bancária Sal. Oppenheim Jr.<sup>70</sup> Àquele tempo, meados de 1955, a RFA, Países Baixos e Grã-Bretanha entendimentos mantinham para estabelecer na Europa uma zona multilateral de pagamentos, que a outros países, como Bélgica e Luxemburgo, deveria estender-

---

<sup>68</sup> *Ibidem*. Sobre a visita à RFA, veja-se Kubitschek 1976: vol. II, págs. 477-481.

<sup>69</sup> Aufzeichnung — 415-300-01/9-175/55, Abteilungsleiter, Bonn, 12 de Janeiro de 1956, AA-PA, Ref. 306, Band 23.

<sup>70</sup> Ofício n° 113, confidencial, Faro Júnior a Raul Fernandes, Bonn, 17 de Março de 1955; Ofício n° 132, secreto, Faro Júnior a Fernandes, Bonn, 31 de Março de 1955, AHMRE-B, Bonn, Ofícios Recebidos, secretos e confidenciais, 1950/56.

se e o Brasil forçosamente teria de aceitar.<sup>71</sup> O principal objetivo consistia em assegurar que, no tratamento das importações e exportações brasileiras, não houvesse mais discriminação contra suas moedas — DM, guilders e libra esterlina — e que elas estivessem disponíveis à taxa de câmbio prevalecente nos mercados oficiais daqueles países e em paridade com o dólar.<sup>72</sup> Entretanto, as dificuldades para execução desses ajustes com os participantes do *pool* multilateral ocorreram exatamente por causa das reexportações de mercadorias brasileiras para países de moeda conversível ou apenas contra pagamentos em moeda conversível. O Brasil insistira com a RFA no sentido de que realizasse o compromisso de não permitir que mercadorias brasileiras, importadas, por exemplo, pela Suíça, atravessassem seu território, senão contra o pagamento em moeda livremente conversível, o que ela não podia fazer, segundo alegara, pois os negociantes provavelmente receberiam DM por tais reexportações.<sup>73</sup>

De qualquer forma, as negociações visando à adoção de bases multilaterais para os acordos de comércio e pagamentos entre os dois países prosseguiram, durante a visita de Kubitschek a Bonn, pois o impasse não podia perdurar. A RFA, desde 1952, tornara-se o segundo mais importante parceiro do Brasil, a ocupar, apenas abaixo dos EUA, o segundo lugar no

---

<sup>71</sup> Telegrama expedido, confidencial, MRE à Embaixada em Bonn, 13 de Julho de 1955; Telegrama Expedido, confidencial — urgente, MRE à Embaixada em Bonn, 22 de Julho de 1955; AHMRE-B, Bonn, Telegrama Expedido, 1950/57; Ofício nº 300, confidencial-urgente, Pio Correa a Raul Fernandes, Bonn, 23 de Julho de 1955, com anexo único; Ofício nº 305, confidencial, Pio Correa a Raul Fernandes, Bonn, 27 de Julho de 1955, com anexo único, AHMRE-B, Bonn, Ofícios Recebidos, secretos e confidenciais, 1950/56.

<sup>72</sup> *Draft*, 19 de Julho de 1955, anexo único ao Ofício nº 305, Pio Correa a Fernandes, Bonn, 27 de Julho de 1955; *ibidem*.

<sup>73</sup> Telegramas, expedidos, confidenciais, MRE à Embaixada em Bonn, 13 de Julho de 1955; 16 de Julho de 1955; 22 de Julho de 1955; 8 de Agosto de 1955, AHMRE-B, Bonn, Telegramas Expedidos, 1950/71.

seu comércio exterior, tanto nas importações quanto nas exportações, e esse intercâmbio tendia a recrescer, pois a situação, com a ascensão de Kubitschek ao governo, deveria ser ainda mais favorável do que antes da Segunda Guerra Mundial ao estabelecimento de uma estreita parceria, conforme a previsão do Secretário-Geral da *Bundesverband der Deutschen Industrie*, Wilhelm Beutler.<sup>74</sup> *De facto*, a indústria da RFA tinha grande interesse em investir no Brasil<sup>75</sup> e Kubitschek, que, durante sua curta estadia naquele país, realizara um *tour* pelas fábricas instaladas na região do Reno, manteve importantes conversações com vários empresários, particularmente com Alfred Krupp von Bohlen und Halbach, da firma Friedrich Krupp, e Fritz Könecke, da Daimler-Benz, aos quais acenou com incentivos e concessões, a serem concretizadas mediante ulteriores entendimentos.<sup>76</sup> Assim, na medida em que se intensificasse, o fluxo de capitais fomentaria, naturalmente, o intercâmbio comercial e permitiria à RFA consolidar sua posição no Brasil, onde as tendências nacionalistas novamente se afirmaram, na política interna, em contradição com os EUA. Essas concessões, *inter alia*, não arrefeceram as tensões entre o Brasil e os EUA, cuja oposição do Plano de Metas, com que Kubitschek tratava de impulsionar o processo de industrialização, só não impediu o fluxo dos capitais privados norte-americanos devido à concorrência dos investimentos europeus, notadamente os alemães. Na verdade, o mecanismo de proteção às manufaturadas de origem nacional, a restringir as licenças de importação, mas a conceder favores, isenções e privilégios às empresas estrangeiras, que quisessem transferir suas fábricas para o Brasil, funcionou de modo a atraí-los, a possibilitar que o ritmo do desenvol-

---

<sup>74</sup> Ofício nº 110, Bueno do Prado a Macedo Soares, Bonn, 29 de Fevereiro de 1956, Bonn, Ofícios, Janeiro / Março de 1956, AHI-MDB 8/1/7.

<sup>75</sup> Aufzeichnung 415-300-01/9-175/55, Abteilungsleiter, Bonn, 12 de Janeiro de 1956, AA-PA, Ref. 306, Band 23.

<sup>76</sup> Konzept, Bericht 192/56, Auswärtiges Amt an die Botschaft der BRD — Rio de Janeiro usw., Bonn, den 25. 1. 1956, *ibidem*.

vimento econômico se acelerasse, apesar de que a queda ininterrupta das exportações, desde 1951, comprimisse sua capacidade de pagamentos. Desde que o Governo Café Filho, através da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), baixara a Instrução 113, a permitir que firmas estrangeiras fizessem investimentos diretos, sob a forma de importações de divisas, até 31 de dezembro de 1955, o Brasil recebera cerca de US\$ 18,4 milhões dos EUA contra US\$ 5 milhões da RFA, US\$ 5,7 milhões da Grã-Bretanha e US\$ 2,4 da França.<sup>77</sup> Essas cifras aumentaram, consideravelmente, já nos primeiros seis meses do Governo Kubitschek, ou seja, até 30 de Junho de 1956, quando as máquinas e os equipamentos, oriundos dos EUA e contabilizados como investimentos diretos, somaram US\$ 30,1 milhões, contra US\$ 8,2 milhões da RFA, US\$ 6,1 milhões da Grã-Bretanha e US\$ 4,9 milhões da França.<sup>78</sup> E a previsão era de que maiores investimentos alemães, sem cobertura cambial, ainda afluíam para o Brasil,<sup>79</sup> que, entre 1955 e 1959, receberia, através da Instrução 113, bens de capital, avaliados em cerca de US\$ 395,7 milhões, dos quais US\$ 164,2 milhões da Europa Ocidental, quase a alcançar o volume dos investimentos oriundos dos EUA, da ordem de US\$ 192,5 milhões.<sup>80</sup> Somente a RFA respondera por US\$ 72,2 milhões,<sup>81</sup> sendo que, no final de 1956, o Brasil já se destacava como o país estrangeiro onde ela mais fazia investimentos. Segundo informações do seu Ministério da Economia, a RFA, de 1952 até o terceiro trimestre de 1956, já aplicara em diversos países o total de DM 1 996 344 700, o equivalente, na época, a US\$ 285 630 000,

---

<sup>77</sup> Ofício nº 437, Bueno do Prado a Macedo Soares, Bonn, 13 de Novembro de 1956, Bonn, Ofícios, Outubro / Dezembro de 1956, AHI-MDB 8/1/10.

<sup>78</sup> *Ibidem.*

<sup>79</sup> *Ibidem.*

<sup>80</sup> Ferreira Lima 1976: 401.

<sup>81</sup> Ferreira Lima 1976: 401.

dos quais 60,2 %, ou seja, DM 722 132 400 (US\$ 172 milhões), em apenas cinco países.<sup>82</sup>

	Milhões DM	Equivalente em US\$ milhões	% sobre total
Brasil	273,5	65,1	22,7
Canadá	162,7	38,7	13,5
Zona do Franco	111,3	26,5	10,0
EUA	103,5	24,6	8,6
Argentina	71,1	16,9	5,9

Este fluxo de capitais dirigiu-se, sobretudo, para aqueles setores de produção em que a Alemanha sempre tivera grande predomínio, tais como:<sup>83</sup>

	Milhões DM
Siderurgia	213,9
Química e Farmacêutica	155,8
Eletrotécnica	133,9
Máquinas	107,1
Veículos	82,4
Bancos	32,0

<sup>82</sup> Ofício nº 439, Bueno do Prado a Macedo Soares, Bonn, 13 de Novembro de 1956, Ofícios, Outubro / Dezembro de 1956, AHI-MDB 8/1/10.

<sup>83</sup> *Ibidem.*

As exportações de capital da RFA ainda eram pequenas, muito inferiores às dos EUA e da Grã-Bretanha, e não alcançavam 10 % dos saldos acumulados no seu balanço de pagamentos. Porém, tais investimentos em indústrias de base contribuíram, decerto, para manter o intercâmbio comercial da RFA com aqueles países, em virtude dos laços duradouros e da complexidade de interesses que eles geravam. E mais ainda ela os teria de aumentar, não só a fim de equilibrar o balanço de pagamentos com os países da Comunidade Econômica Européia (CEE) e permitir a contenção de constante acumulação de divisas como, também, porque seus círculos financeiros estavam convencidos de que os investimentos no exterior constituíam a condição necessária para garantir, a longo prazo, o desenvolvimento das exportações de bens de capital.<sup>84</sup> Com uma posição fortemente credora na União Européia de Pagamentos, a RFA estava a sofrer pressões para que fomentasse exportações de capital, mas a opção pelo Brasil, ao que tudo indicava, decorreu, entre outras razões, tanto da necessidade de buscar fatores mais baratos de produção — matérias-primas, entre as quais ferro e manganês, força de trabalho etc. — quanto do seu interesse em assegurar o mercado de um país, que era o mais importante da América Latina e se lhe afigurava como uma potência de crescente significado mundial.<sup>85</sup> Por outro lado, Kubitschek, que quando fora Governador de Minas Gerais, favorecera a instalação da Mannesmann-Werke em Belo Horizonte, continuou a esforçar-se para atrair as empresas alemãs e as induzir no sentido de que cooperassem com seu programa de rápida industrialização do Brasil. Durante sua visita a Bonn, em Janeiro de 1956, ele afirmara que pretendia

---

<sup>84</sup> Ofício nº 334, Pio Correa a Macedo Soares, Bonn, 9 de Agosto de 1957, Bonn, Ofícios, Julho / Setembro de 1957, AHI-MDB 8/1/13.

<sup>85</sup> Entwurf, Allgemeine Instruktion für Herrn Botschafter, Dr. Werner Dankwort, in Rio de Janeiro. Dr. Gerhard Moltmann, Vortragender Legationsrat, an den Botschafter der BRD, Herrn Dr. Werner Dankwort, 306/210-02/91. 04/1485/56, Bonn, den 16. 10. 1956, AA-PA, Ref. 306, Band 21.



dar às relações entre o Brasil e a RFA uma «configuração exemplar».<sup>86</sup> Seis meses após assumir o governo do Brasil, assinou um decreto, restituindo os bens das empresas alemãs, confiscadas durante a Segunda Guerra Mundial, como um «ato de generosa colaboração», de modo a permitir o pleno desenvolvimento de seus negócios em território nacional e beneficiar o comércio com a RFA.<sup>87</sup> Com esta medida, cerca de 15 firmas alemãs, entre as quais a Bayer-Leverkusen, Merck-Darmstadt e companhias de seguro, conseguiram, através de negociações e pagamento de uma indenização no valor de DM 8 milhões (CR\$ 140 milhões), a liberação de seus bens ainda não liquidados no Brasil.<sup>88</sup> Além do mais, o Governo Kubitschek ratificou o acordo sobre a restauração dos direitos de propriedade industrial e patentes de invenção de firmas alemãs, firmado em 1953, problema que tratou de solucionar, «movido pelo mesmo interesse de remover quaisquer obstáculos à mais ampla vinculação das [...] economias» do Brasil e da RFA.<sup>89</sup>

Assim, as últimas grandes questões do pós-guerra, no relacionamento entre os dois países, foram levadas a uma solução satisfatória, conforme o *Auswärtiges Amt* considerava, a salientar que todos esses fatos convergiram para a formação de uma «atmosfera extraordinariamente propícia e favorável»<sup>90</sup> ao trabalho do Embaixador Werner Dankwort. Porém, a atmos-

---

<sup>86</sup> *Ibidem*.

<sup>87</sup> Telegrama n° 98 expedido, confidencial, MRE à Embaixada do Brasil em Bonn, 16 de Outubro de 1956, AHMRE-B, Telegramas Expedidos, confidenciais, Bonn, 1950/71.

<sup>88</sup> *Handelsblatt*, 5 de Setembro de 1956, AA-PA, Ref. 306, Band 27.

<sup>89</sup> Telegrama n° 98, confidencial, expedido, MRE à Embaixada do Brasil em Bonn, 16 de Outubro de 1956, AHMRE-B, Telegramas Expedidos, confidenciais, Bonn, 1950/71.

<sup>90</sup> «[...] Eine außerordentlich glückliche und günstige Atmosphäre». Entwurf — Allgemeine Instruktion für Herrn Botschafter Dr. Werner Dankwort in Rio de Janeiro. Dr. Gerhard Moltmann, Vortragender Legationsrat an den Botschafter der BRD, Herrn Dr. Werner Dankwort, 306/210-02/91-04/1485/56, Bonn, den 16. 10. 1956, AA-PA, Ref. 306, Band 21.

fera foi, na verdade, extraordinariamente propícia e favorável à própria continuidade do fluxo de investimentos na direção do Brasil, apesar de alguns fatores contrários, como os rumores sobre a revalorização do DM, a atraírem capitais especulativos do estrangeiro para a RFA, e a carência de recursos para atender à demanda interna de uma economia que não demonstrava haver chegado ao fim de sua expansão. E, destarte, a RFA investiu mais na América Latina do que nos próprios países da Europa, durante os anos 50. Desde Fevereiro de 1952 até Julho de 1957, ela aplicara nas Américas do Sul e Central o montante de DM 516 440 600 (US\$ 122,9 milhões), o equivalente a 31 % do total dos seus investimentos externos, sendo que apenas o Brasil, a manter a primeira posição, ainda 22 % continuava a absorver.<sup>91</sup> A Europa, no mesmo período, recebera DM 508,2 milhões, isto é, 29,9 %, o Canadá, DM 217 milhões (US\$ 51,9 milhões) ou 11,5 %, e os EUA cerca de DM 172 milhões, o equivalente a 10,6 %.<sup>92</sup> E tais investimentos concentram-se na siderurgia (DM 302,4 milhões), indústria química e farmacêutica (DM 207,8 milhões), máquinas e equipamentos (DM 112,7 milhões) e automóveis (DM 90,2 milhões).<sup>93</sup>

Àquele tempo, conforme se esperava, a RFA estava a acelerar as exportações de capitais e seus investimentos, no estrangeiro, duplicaram em três anos, ao saltarem de um total de DM 1,1 bilhão, no primeiro trimestre de 1956, para DM 2,2 bilhões, no primeiro trimestre de 1959.<sup>94</sup> Porém, a tendência não se alterou e as Américas, a suplantarem a própria Europa,

---

<sup>91</sup> Ofício n° 334, Pio Correa a Macedo Soares, Bonn, 9 de Agosto de 1957, Bonn, Ofícios, Julho / Setembro de 1957, AHI-MDB 8/1/13.

<sup>92</sup> *Ibidem.*

<sup>93</sup> *Ibidem.*

<sup>94</sup> Ofício n° 459, Bueno do Prado a Macedo Soares, Bonn, 13 de Novembro de 1956, Bonn, Ofícios, Outubro / Dezembro de 1956, AHI-MDB 8/1/10; Ofício n° 191, Bueno de Prado ao Chanceler Francisco Negrão de Lima, Bonn, 23 de Junho de 1959, Bonn, Ofícios, Abril / Junho de 1959, AHI-MDB 8/2/6.

permaneceram como o continente que mais despertava o interesse das firmas alemãs.<sup>95</sup>

	Milhões DM
Américas	1.165,7
Europa	828,2
África	148,6
Ásia	100,7

A predominância das Américas nos investimentos externos da RFA se deveu, mormente, ao Brasil, que recebera, desde 1º de Fevereiro de 1952 até o primeiro trimestre de 1959, cerca de 40 % daquele total, seguido pelo Canadá e pelos EUA:

	Milhões DM
Brasil	458,0
Canadá	331,3
EUA	176,8
Argentina	71,8
América Central	47,3

Evidentemente, não só os capitais alemães afluíram para o Brasil. Segundo revelação do próprio Presidente Kubitschek, o ingresso no Brasil de capitais estrangeiros quase que triplicou nos seus dois primeiros anos de governo. Saltou de US\$ 120 milhões, em 1955, para US\$ 205 milhões, em 1956, e US\$ 330

---

<sup>95</sup> *Ibidem.*

milhões, até 1º de Dezembro de 1957.<sup>96</sup> E mais de 50 % provieram dos EUA, concentrando-se, principalmente, em São Paulo, onde cerca de 380 firmas norte-americanas, tais como General Electric, Westinghouse, Dupont, Ford e General Motors já em 1958 a funcionar estavam.<sup>97</sup> Os investimentos alemães situavam-se, contudo, em segundo lugar e, a liderarem o *rush* de capitais europeus, constituíram um dos fatores que forçaram as companhias norte-americanas, a fim de não perder o mercado, a instalarem também suas fábricas no Brasil, durante os anos 50. De acordo com o depoimento do próprio Kubitschek, a Ford, em face do desafio que o Brasil lhe fazia, insistindo em implantar uma indústria automobilística concorrente, «tudo fez para convencer as autoridades e os empresários de que essa empresa seria impraticável».<sup>98</sup> Este propósito se evidenciou, nitidamente, desde a implantação e durante o desenvolvimento da indústria automobilística:

Janeiro de 1951: Posse de Vargas na Presidência da República.

Março de 1951: Primeiro *Memorandum* do Governo Vargas sobre a implantação de uma indústria automobilística no Brasil. A Ford Motor Co. em São Paulo, rejeitou a sugestão no sentido de que iniciasse a fabricação (não montagem) de veículos no Brasil.<sup>99</sup>

1952: O Comandante Lúcio Meira, presidente de uma comissão criada por Vargas, visitou os EUA, a convite da Ford Motor Co., de Detroit, para equacionar o problema, e lá ouviu o argumento de que a implantação de uma indústria automobilística era extraordinariamente complicada e para o Brasil

---

<sup>96</sup> Bericht 415/91.04-305-05 Tgb. Nr. 440/58, Generalkonsulat der BRD, São Paulo, 24 de Março de 1958, AA-PA, Ref. 415, Band 215.

<sup>97</sup> *Ibidem*.

<sup>98</sup> Kubitschek 1978: vol. III, pág. 92.

<sup>99</sup> «Nationale Brasilianische Kraftfahrzeugindustrie», Anlage I zum Bericht vom 25. 3. 1958 — 415/91-04-300-05-440/58, AA-PA, Ref. 415, Band 215.

não compensaria.<sup>100</sup> Logo em seguida a essa viagem, o Diretor-Geral da Ford Motor Co., em São Paulo, Humberto Monteiro, fez diante da Câmara Americana de Comércio, por instrução de Detroit, uma palestra contra a fabricação de automóveis no Brasil.<sup>101</sup>

Janeiro de 1953: Primeira exposição brasileira de peças e acessórios de automóveis, no Rio de Janeiro.

Maio de 1953: A Ford inaugurou em São Paulo uma planta de montagem, na qual investira US\$ 15 milhões. Henry Ford II cancelou no último minuto uma visita a Vargas e não compareceu à inauguração de sua fábrica, dado que o Governo brasileiro proibira a importação de peças e acessórios para veículos que no Brasil já fabricadas fossem.<sup>102</sup>

Setembro de 1953: A General Motors começou a construção de uma planta de montagem em São Paulo.

Janeiro de 1954: A Mercedes-Benz apresentou a proposta para a instalação de uma indústria em São Paulo e, ao mesmo tempo, a Volkswagen confirmou o propósito de realizar também naquele Estado o projeto de fabricação, não montagem, de 13 000 a 14 000 automóveis por ano.

Janeiro de 1956: Kubitschek, eleito Presidente, visitou os EUA e outra vez tanto a Ford quanto a General Motors recusaram-se a fabricar veículos no Brasil, onde, alegaram, mercado não havia para absorver a produção de uma indústria automobilística.<sup>103</sup>

Junho de 1956: O Governo brasileiro criou o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA).

Setembro de 1956: Kubitschek inaugurou a fábrica da Mercedes.

---

<sup>100</sup> *Ibidem.*

<sup>101</sup> *Ibidem.*

<sup>102</sup> Bericht 300-00-1011/53, Generalkonsulat der BRD an das Auswärtige Amt, São Paulo, 22 de Maio de 1953, AA-PA, Ref. 415, Band 44.

<sup>103</sup> Entrevista do ex-Presidente Juscelino Kubitschek ao Autor, Rio de Janeiro, 7 de Fevereiro de 1972; veja-se Moniz Bandeira 1973: 374 -375.

- Novembro de 1956: Inauguração da fábrica da DKW-Vemag, vinculada à Auto-Union, de Düsseldorf (RFA), e início da produção do DKW-Universal.
- Agosto de 1957: A Volkswagen começou a produzir a Kombi em sua própria fábrica. 371 unidades lançadas no mercado até o fim do ano.
- Outubro de 1957: A Ford e a General Motors começaram a fabricar caminhões de 5,5 toneladas com motor a gasolina (30 % de peças nacionais, o restante só montagem). A International Harvester apresentou uma proposta para produzir, no Brasil, um caminhão de 7,7 toneladas.
- Fim do ano de 1957: A Mercedes-Benz lançara no mercado 6 200 caminhões e ônibus a diesel. Obteve um lucro de Cr\$ 1 bilhão.
- Abril de 1958: Início da produção do DKW-Jeep e do DKW-carro de passeio.
- Junho de 1958: Fornecimento de veículos da Volkswagen (27 % de peças nacionais, com a condição de chegar a 90 % no final de 1960). Até então foram montadas 1 600 Kombis e a produção de automóveis de passeio subiu para 500 unidades menais.
- Fim do ano de 1958: Início da produção de carros de passeio Mercedes-Benz.

Diante deste conjunto de acontecimentos, evidente se tornava, conforme um relatório do Consulado-Geral da RFA em São Paulo salientou, que:

[...] foram as firmas alemãs que compeliram as americanas a começarem no Brasil a fabricação de caminhões, se o mercado não quisessem perder.<sup>104</sup>

---

<sup>104</sup> «Aus diesem Überblick wird ersichtlich, daß es deutsche Firmen waren, die die Amerikaner gezwungen haben, die Fabrikation von Lastwagen in Brasilien aufzunehmen.» Anlage 1 zum Bericht vom 25. 3. 1958 — 415/91.04-300-05-440-58. Generalkonsulat der BRD — São Paulo an das Auswärtige Amt, AA-PA, Ref. 415, Band 215.

O mesmo também deveria ocorrer no setor de automóveis de passeio. A Ford e a General Motors, provavelmente, principiariam sua fabricação, o que levou o Consulado-Geral da RFA, em São Paulo, a comentar:

Da produção destas duas firmas americanas pode-se prever que a encarniçada concorrência pelo mercado brasileiro, em poucos anos, será decidida com luta. Se foi bom ou não desafiar, no Brasil, os americanos, resta esperar para ver.<sup>105</sup>

O acirramento dessa disputa, algum tempo havia, afigurava-se inevitável. Já em Outubro de 1956, o *Auswärtiges Amt*, nas instruções ao Embaixador Werner Dankwort, aconselhara-o a não abusar de momentos anti-norte-americanos, que ocasionalmente ocorreriam no Brasil, por modo a tirar «vantagens desleais» (*unlautere Vorteile*) para a RFA, embora reconhecesse que uma «competição justa» (*fairer Wettbewerb*) com os EUA, tanto no campo econômico quanto no cultural, era natural.<sup>106</sup> De qualquer modo, ainda que a RFA, ao nível da diplomacia, não o pudesse desejar, os interesses econômicos de suas empresas contribuíram para robustecer as correntes políticas do nacionalismo, que, no Brasil como nos demais países da América Latina, assumia um caráter essencialmente contrário ao predomínio dos EUA. No entanto, esse nacionalismo, no mais das vezes, aparentava uma configuração de esquerda, dado o contexto internacional, marcado pela confrontação bipolar de poderes, em que a Guerra Fria se processava. E aí suas manifestações também assustavam os círculos econômicos e políticos

---

<sup>105</sup> «Die von diesen beiden amerikanischen Großfirmen genannten Produktionszahlen lassen ahnen, welch erbitterter Konkurrenzkampf in wenigen Jahren auf dem brasilianischen Markt ausgefochten wird. Ob es gut war, die Amerikaner in Brasilien herauszufordern, bleibt abzuwarten.» (*ibidem*).

<sup>106</sup> Entwurf — Allgemeine Instruktion für Herrn Botschafter Dr. Werner Dankwort in Rio de Janeiro. Dr. Gerhard Moltmann, Vortragender Legationsrat, an den Botschafter der BRD, Herrn Dr. Werner Dankwort. 306/210 — 02/91.04/1485/56, Bonn, den 16. 10. 1956, AA-PA, Ref. 306, Band 21.

da RFA, sobretudo ao evoluírem para a estatização de empresas. Por esta razão, quando o Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, nacionalizou a subsidiária de uma companhia norte-americana de energia elétrica, a Bond & Share, o Itamaraty instruiu o Embaixador em Bonn no sentido de que, em conversações oficiais e particulares com autoridades, banqueiros e homens de negócios alemães, explicasse que tal medida de modo algum podia ser interpretada como «gesto de despreço pela participação do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional», pois «constituía a solução que a própria empresa interessada admitia como adequada, nas circunstâncias», ou seja, diante da «precaríssima situação financeira», em que se encontrava e do seu «desaparelhamento técnico e material para prestar o serviço de que tinha concessão». <sup>107</sup> O Brasil, segundo ainda a instrução do Itamaraty, esperava continuar a receber «em ritmo crescente os investimentos alemães», para os quais, assim como para os de qualquer origem, dispensada sempre seria a «mais absoluta proteção jurídica». <sup>108</sup>

De fato, as indústrias alemãs tinham muito a ganhar com seus investimentos no Brasil, que lhes oferecia não só um mercado em expansão, matérias-primas, especialmente manganês e minério de ferro, mas também força de trabalho abundante e barata, de que elas, na RFA, cada vez mais careciam. E, na segunda metade dos anos 60, o estreito relacionamento econômico existente permitiu que os dois países iniciassem uma cooperação científica e tecnológica, já ensaiada entre 1953 e 1954, no campo da energia nuclear. Embora houvesse aderido ao Tratado de Proscrição das Armas Atômicas na América Latina (Tlatelolco), o Brasil, de acordo com as diretrizes do Conselho de Segurança Nacional e do Estado Maior das Forças Armadas, estabeleceu tantas ressalvas, que praticamente o

---

<sup>107</sup> Telegrama nº 41, confidencial, expedido, MRE para a Embaixada em Bonn, 20 de Junho de 1959, AHMRE-B, Telegramas Expedidos, secretos e confidenciais, Bonn, 1950/71.

<sup>108</sup> *Ibidem*.



invalidaram.<sup>109</sup> Reservara-se o direito de utilizar, «sob todas as suas formas», a energia nuclear para fins pacíficos.<sup>110</sup> E, desde 1967, reorientara sua política exterior e intensificava seus esforços no sentido de obter a «cooperação necessária» à sua «rápida nuclearização», conforme as próprias palavras do General Arthur da Costa e Silva,<sup>111</sup> que assumira a Presidência da República (1967-1969), apoiado pela direita nacionalista das Forças Armadas.<sup>112</sup> Por esta razão, o Governo militar também se recusava a subscrever o Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares (TNP), ao percebê-lo como um instrumento da URSS e dos EUA para estratificar o *status quo* mundial e preservar sua hegemonia.<sup>113</sup> E, como julgasse o programa nuclear, proposto pelos EUA, insatisfatório e medíocre, por não transferir tecnologia, entrou em negociações secretas com a RFA, que em 1968 sondara, informalmente, a possibilidade de concluir com o Brasil um acordo de cooperação, permitindo às firmas alemãs construírem no seu território uma usina para a separação do isótopo U-235, por meio da ultra-centrifugação, como contra-

---

<sup>109</sup> William Perry: *Contemporary Brazilian Foreign Policy: the International Strategy of an Emerging Power*, Beverly Hills; London: Sage Publications, 1976, pág. 32.

<sup>110</sup> Exposição do Chanceler José Magalhães Pinto na Câmara dos Deputados, Brasília, 10 de Maio de 1967, em: Secretaria-Geral Adjunta para o Planejamento Político: *Documento da Política Externa* (de 15 de Março a Outubro de 1967), Brasília, sem data, pág. 26.

<sup>111</sup> Discurso de Costa e Silva no Itamaraty, em 5 de Abril de 1967, *obra citada*, pág. 14.

<sup>112</sup> Veja-se Luiz Alberto Moniz Bandeira: *Brasil — Estados Unidos: A Rivalidade Emergente (1950-1988)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, págs. 163-185.

<sup>113</sup> O Embaixador Mário Gibson Barboza, Ministro das Relações Exteriores durante o Governo Médici, considerou-o «discriminatório e leonino» (Mário Gibson Barboza: *Na diplomacia, o traço todo da vida*, Rio de Janeiro: Record, 1992, pág. 201).

partida dos trabalhos da pesquisa e prospecção de urânio.<sup>114</sup> Este acordo, no qual Hans H. Haunschild, Subsecretário do Ministério de Pesquisa Científica por mais de uma década, e Franz Josef Strauß, ex-Ministro da Energia Atômica e, na época, Ministro das Finanças, confirmaram o interesse, convinha evidentemente aos dois países. A RFA desenvolvera, em nível de demonstração técnica, dois processos para a separação do isótopo U-235 — o da ultra-centrifugação, nos laboratórios do Centro de Pesquisa Nuclear (*Kernforschungsanlage* — KFA) de Jülich, e do jato centrífugo (*Jet Nozzle*), no Centro de Pesquisa Nuclear (*Kernforschungszentrum* — KFZ) de Karlsruhe — mas o Tratado de Paris, de 1955, impedia a produção de urânio enriquecido, em escala industrial, dentro de suas fronteiras, o que a colocava na dependência de fornecimentos, cada vez mais incertos, dos EUA. O Brasil, por sua vez, empenhava-se em obter a tecnologia do enriquecimento de urânio e a proposta informal da RFA atendia às exigências de *compensações específicas* para os fornecimentos de material físsil a outro país, estabelecidas, desde o início dos anos 50, pelo Conselho de Segurança Nacional e pelo CNPQ. Assim, em meados de 1968, o Itamaraty encaminhou ao Governo de Bonn, embora sem caráter oficial, um projeto de Acordo sobre a Utilização Pacífica da Energia Nuclear, no qual revelava particular interesse em desenvolver estudos sobre os reatores do ciclo de tório.

Um ano depois, em 9 de Junho de 1969, o Brasil e a RFA firmaram um Acordo Geral de Cooperação nos Setores de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, a possibilitar a execução de vários projetos, inclusive para o desenvolvimento da energia nuclear. E, quando o sequestro do Embaixador von Holleben ocorreu, em Junho de 1970, o Brasil ainda estava

---

<sup>114</sup> Paulo Nogueira Batista: «O Acordo Nuclear Brasil-Alemanha», papel apresentado no IV Seminário Nacional sobre 60 Anos de Política Externa promovido pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do MRE, juntamente com o Programa de Política Internacional & Comparada da USP, Brasília, 8 de Março de 1993.

a negociar com o Governo de Bonn um convênio especial sobre energia atômica, mediante o qual tratava de assegurar a transferência de conhecimentos (*know-how*) para os especialistas brasileiros e a posição de nação mais favorecida, para si, no mercado de assistência técnica remunerada, o que parecia constituir uma vantagem, dada a participação ativa da RFA no mercado dos seis — a Comunidade Européia de Energia Atômica (EURATOM). Um representante do Centro de Pesquisa Nuclear (*Kernforschungsanlage* — KFA) de Jülich, Dr. Nehring, já mantivera, em Maio de 1970, entendimentos com a CNEN. E os dois órgãos, em 23 de Abril de 1971, firmaram em Brasília o Convênio Especial sobre Cooperação Científico-Tecnológica, prevendo o intercâmbio de técnicos e cientistas em tecnologia da produção de energia, mediante o uso de reatores atômicos, matérias-primas utilizadas, bem como em combustíveis e ciclos de combustíveis etc. O convênio também previa um programa de cursos de verão, a serem ministrados, em Brasília, por professores do Centro de Pesquisa Nuclear de Jülich, para capacitação e aperfeiçoamento de técnicos brasileiros. Entretanto, a idéia da construção de uma usina para o enriquecimento do urânio, através da ultra-centrifugação, não prosperou, naquela ocasião, dado o temor do Ministro de Minas e Energia, Antônio Dias Leite, de que o projeto pudesse prejudicar as negociações em curso com o Banco Mundial sobre o financiamento das usinas hidroelétricas.<sup>115</sup> E a RFA terminou por concluir, em 1970, entendimentos (iniciados também em 1968, quando fizera as sondagens junto ao Brasil) para a construção das usinas de enriquecimento de urânio, pelo processo de ultra-centrifugação, em Almelo, na Holanda, em em Capenhurst, na Grã-Bretanha, países com os quais formara então uma *joint-venture*, a empresa tripartite URENCO.

Ao mesmo tempo em que fomentava, com a cooperação científica e tecnológica da RFA, diversos empreendimentos de pesquisa, para os quais especialistas militares, bem como alguns

---

<sup>115</sup> *Ibidem*.

civis, cumpriam o programa de formação e aperfeiçoamento no centro de Jülich, o Governo brasileiro continuou as negociações para a instalação da primeira usina de produção de energia nuclear em Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro. E o acordo foi finalmente fechado, em 1972, com a Westinghouse. Esta corporação norte-americana, cuja tentativa de adquirir o controle acionário da Jeumont-Schneider (Fr. 650 milhões em volume de negócios) o Presidente da França, George Pompidou, vetara, a fim de impedir que ela se estabelecesse dentro da CEE, tinha já a seu crédito a experiência com a construção de 43 centrais nucleares e, juntamente com a General Electric, dominava 50 % do mercado internacional de reatores. Entretanto, a fim de preservar o monopólio tecnológico dos EUA e manter o *status quo* mundial, o Governo de Washington não permitia que as empresas norte-americanas participassem na produção de material nuclear fora do seu território ou cooperasse com outros países na compra, projeção ou construção de usinas para o enriquecimento do urânio e reprocessamento do combustível irradiado. E o Brasil ainda teve de aceitar severas restrições, ao firmar o contrato com a Westinghouse. Conforme o General Hugo Abreu, Chefe do Gabinete Militar e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional no Governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), observou,

[...] os norte-americanos não apenas nos privaram do conhecimento dos detalhes técnicos como, muito mais que isso, nos forneceram uma «caixa preta» lacrada e nem nos disseram o que há lá dentro. Nossos técnicos podem apenas operar a usina. Nada mais.<sup>116</sup>

Os militares brasileiros não se conformaram com tal situação. Não somente eles queriam a transferência dos conhecimentos científicos e tecnológicos relativos a todo o ciclo de produção da energia nuclear como a crise de 1973-1974, detonada

---

<sup>116</sup> Hugo Abreu: *Tempo de crise*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1979, pág. 43.

quando os Estados árabes, em guerra contra Israel,<sup>117</sup> embargaram o fornecimento de petróleo ao Ocidente e elevaram o preço do barril a níveis até então inimagináveis, mostrou a urgente necessidade de capacitar o Brasil com fontes alternativas de geração térmica de energia, por modo a atender à expansão industrial, que se presumia fosse continuar em taxas bastante altas ainda por outras décadas. O chamado Plano 90, estudo elaborado pela Eletrobrás entre 1973 e 1974, estimava que a demanda de eletricidade cresceria a uma taxa média anual de 8,7 %, no caso de mercado baixo, ou de 11,4 %, no caso de mercado alto, e previa a necessidade de 6 a 8 usinas nucleoeleétricas de 1 200 MW cada, ou seja, entre 7 200 a 9 600 MW, dentro de um programa de construção de usinas hidroelétricas, com capacidade total de 44 600 MW, estimado o potencial hidráulico em 150 000 MW.<sup>118</sup> E a expectativa, de acordo com as avaliações, era a de que o aproveitamento dos recursos hídricos da região centro-sul aproximava-se do limite.<sup>119</sup>

Evidentemente, fatores de insegurança e preocupação aí também se apresentavam. Os EUA, como os únicos fornecedores do combustível, comprometeram-se com o fornecimento de, pelo menos, 500 toneladas de urânio enriquecido ao Brasil e o Departamento de Energia dos EUA, a fim de o garantir, solicitara o pagamento antecipado de um montante em torno de US\$ quatro milhões.<sup>120</sup> Todavia, em Março de 1974, os EUA, a alegarem problemas burocráticos, deixaram de fornecer à RFA

---

<sup>117</sup> Em Outubro de 1973, durante a celebração do Yom Kipur, início do ano judaico, a Síria e o Egito atacaram Israel, com o objetivo de recuperar os territórios perdidos em consequência da guerra de 1967.

<sup>118</sup> Entrevista do Embaixador Paulo Nogueira Batista ao autor, São Paulo, 26 de Maio de 1994. O Embaixador Paulo Nogueira Batista foi que negociou o Acordo Nuclear com a RFA, na condição de Secretário-Geral Adjunto de Assuntos Económicos do Itamaraty, e exerceu posteriormente a Presidência da NUCLEBRÁS.

<sup>119</sup> Entrevista de Shigeaki Ueki, Ministro de Minas e Energia no Governo Geisel, ao autor, São Paulo, 2 de Maio de 1994.

<sup>120</sup> *Ibidem*.

o serviço de enriquecimento de urânio, o que obrigou o Governo de Bonn a recorrer às suas reservas, para evitar a paralisação dos reatores da RWE (*Rheinische Westfälische Elektrizitätsgesellschaft*).<sup>121</sup> E, pouco tempo depois, colocaram sob ressalva contratos para o abastecimento de 45 reatores estrangeiros, inclusive o comprado pelo Brasil à Westinghouse, com a explicação de que as demandas comerciais de urânio enriquecido superavam sua capacidade de produção. O motivo parecia verdadeiro e o valor do pagamento adiantado, naturalmente, foi devolvido, mas a instabilidade do fornecimento, pelos EUA, do serviço de enriquecimento de urânio ressaltou a extrema vulnerabilidade da posição do Brasil. A segurança do provisionamento e a redução das dependências externas, mediante a absorção da tecnologia nuclear, tornava-se, portanto, um imperativo estratégico. O Brasil, ao decidir-se pela linha de reatores de potência a urânio enriquecido, não podia permitir que os suprimentos desse combustível contivessem os mesmos elementos de incerteza, que no abastecimento do petróleo se configuravam. Seu objetivo consistiu então em capacitar-se plenamente para a produção de energia nuclear com fins civis, embora pudesse obter, como consequência, um potencial bélico, cujo desenvolvimento, porém, dependeria de ulterior decisão, naquelas circunstâncias, o General Geisel procurou entendimento com outros países, no sentido de obter a cooperação necessária ao desenvolvimento, no Brasil, da indústria nuclear, usando, a fim de robustecer seu poder de barganha, a disposição de comprar até oito usinas nucleares. A França, através do Comissariado de Energia Atômica, manifestou o desejo de participar na prospecção de minerais radioativos e no estabelecimento de uma indústria de componentes de reatores, mas não se interessou pela etapa de enriquecimento de urânio. Só a RFA se dispôs a negociar um acordo profundo e integrado, visando à

---

<sup>121</sup> Kurt Rudolf Mirow: *Loucura nuclear (os enganos do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha)*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979, pág. 14.

implantação, no Brasil, de todo o ciclo de geração da energia nuclear, desde a pesquisa e lavra do urânio até o enriquecimento, produção do elemento combustível e reprocessamento, além da fabricação de reatores de potência. E, após um ano de negociações secretas, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA, Hans Dietrich Genscher, e o Chanceler brasileiro Antônio Azevedo da Silveira firmaram, em 27 de Junho de 1975, o Acordo de Cooperação para Usos Pacíficos da Energia Nuclear, que previa a instalação, no Brasil, de oito centrais termonucleares, cada uma com capacidade de 1 200 MW, uma usina de enriquecimento de urânio através do processo de jato centrífugo (*Jet Nozzle*), ainda em fase de experimentação, bem como de uma fábrica de reatores, a ser construída em Sepetiba (Rio de Janeiro) e cuja produção, com início calculado para o fim de 1978, possibilitaria a completa nacionalização dos equipamentos. A execução desse programa ficou a cargo de consórcios formados, basicamente, pela NUCLEBRÁS, empresa estatal brasileira, vinculada, formalmente, ao Ministério de Minas e Energia, e pela *Kraftwerk Union* (KWU), subsidiária da Siemens e que, inicialmente, fora constituída como *joint venture* com a *AEG-Telefunken*.

A RFA dispôs-se, assim, a cooperar com o Brasil para a implantação e o desenvolvimento, no seu território, de uma indústria nuclear autônoma capaz de abastecer futuramente a América Latina e outras regiões do Terceiro Mundo, bem como transferir-lhe, paralelamente à construção das oito usinas de geração de energia, os conhecimentos tecnológicos associados ao tipo de reator escolhido (reator a água pressurizada). Ela tivera, sem dúvida alguma, fortes razões para assumir esse empreendimento, a desafiar a política dos EUA, que sempre se opuseram à transferência das tecnologias de enriquecimento e reprocessamento de urânio para países do chamado Terceiro Mundo. De um lado, embora já estocasse grandes reservas de combustível nuclear, a cooperação com o Brasil permitia à RFA assegurar seu acesso a jazidas de urânio porventura lá existentes, libertando-se também da dependência em relação aos

suprimentos norte-americanos. Do outro, a indústria alemã percebera que podia valer-se da tecnologia nuclear para abrir aos seus produtos novos mercados no exterior, onde a concorrência se intensificava, e compensar, desse modo, a tendência declinante, a médio prazo, da demanda interna.<sup>122</sup> Entretanto, o Acordo Nuclear provocou a mais vigorosa oposição dos EUA, que tudo fizeram para o inviabilizar, a aplicarem fortes pressões sobre o Brasil e a RFA. A alegação constituiu, sobretudo, no fato de que o Brasil não subscrevera o TNP. O Senador John Pastore, Presidente do *Joint Congressional Committee on Atomic Energy*, exprimiou, em enérgico discurso, o temor de que, diante da instabilidade política mundial, um novo Fidel Castro surgisse em outro país da América Latina, dispondo de instalações para a fabricação de bomba atômica, e ressaltou que

[...] este perigo em potencial está sendo criado por um aliado nosso, em nosso próprio quintal, enquanto o Governo dos EUA está fortemente empenhado em defender a Alemanha Ocidental de um perigo semelhante.<sup>123</sup>

A celebração do Acordo Nuclear com o Brasil gerou, pela primeira vez, grave crise nas relações entre os EUA e a RFA.<sup>124</sup> Suas implicações militares e estratégicas, devido às características peculiares da indústria atômica, inquietaram, naturalmente, as autoridades de Washington. Esse aspecto político não constituiu, porém, a causa fundamental das desavenças. Fortes interesses comerciais, na verdade, alimentaram-nas, conforme

---

<sup>122</sup> Ronaldo A. C. Fabrício / Gerold Herzog: «Energia Nuclear para o Brasil», em: *Deutsch-Brasilianische Hefte*, Bonn, 4 de Maio de 1985, págs. 232-247. O primeiro dos autores era diretor da NUCLEBRÁS e o segundo da KWU.

<sup>123</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 de Junho de 1975, pág. 4.

<sup>124</sup> Wolfram F. Hanrieder: *Deutschland — Europa — Amerika: die Außenpolitik der BRD — 1949-1989*, Paderborn; München; Wien; Zürich: Ferdinand Schöningh, 1991, págs. 358-359. Veja-se também Wolf Grabendorff: «El Brasil y la RFA: ¿un modelo para las relaciones entre el Primer y Tercer Mundo», em: *Estudios Internacionales* 57 (Enero-Marzo de 1982; Instituto Internacionales de la Universidad de Chile), págs. 38-59.



Helmut Schmidt, que substituíra Willy Brandt na chefia do Governo de Bonn, percebera,<sup>125</sup> pois as grandes corporações norte-americanas — Westinghouse e General Electric, com as quais o Senador John Pastore, como *lobbyist*, se identificava — estavam a perder sua supremacia.

Com efeito, até então, os EUA monopolizaram a comercialização de usinas e equipamentos nucleares, a fornecerem, entre 1968 e 1971, mais de 90 % dos reatores vendidos no mercado internacional. Entretanto, ao mesmo tempo em que a demanda mundial de reatores nucleares, tecnologia e elementos combustíveis rapidamente aumentara, como consequência da crise do petróleo, aquela percentagem decaíra para 70 % em 1974. E, quando o Brasil e a RFA, no ano seguinte, firmaram o Acordo Nuclear, a KWU já recebera mais encomendas que o total dos quatro consórcios norte-americanos liderados pela Westinghouse e a General Electric, cujos negócios o Governo de Washington começava a prejudicar, ao vedar-lhes a exportação do ciclo completo de produção do combustível nuclear. Este impedimento, que servira para manter o monopólio da tecnologia atômica e a predominância estratégica dos EUA, como potência industrial e militar, tornara-se uma desvantagem comercial para aquelas companhias norte-americanas *vis-à-vis* das concorrentes européias, a KWU (alemã) e a FRAMATOME (francesa).<sup>126</sup> E elas, assim, não tiveram condições nem de conquistar os novos mercados, então a se abrirem, nem de conservar aqueles, como o Brasil, onde os EUA tradicionalmente predominaram. Aliás, dentro do Governo norte-americano, alguns círculos entenderam que a Westinghouse teria fechado o contrato para o fornecimento de reatores ao Brasil, em lugar da KWU, se recebesse autorização para exportar, conjuntamente, a tecnologia de enriquecimento e reprocessamento do urânio. Porém, mudança na política de Washington

---

<sup>125</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de Junho de 1975, pág. 3.

<sup>126</sup> Erwin Häckel: «Der Export von Nukleartechnologie», em: *Die internationale Politik 1975/76*, München; Wien: R. Oldenburg, 1981, págs. 78-89.

não houve. Pelo contrário, James Earl Carter, candidato do Partido Democrata à Presidência dos EUA, explorou o tema durante a campanha eleitoral e anunciou que, se vencesse, tomaria medidas contra a proliferação das armas nucleares, a começar por um apelo a todas as nações no sentido de que cessassem a venda de usinas e enriquecimento e processamento de urânio, paralisando a execução dos acordos Brasil-RFA e França-Paquistão.<sup>127</sup> Com efeito, ao iniciar, em Janeiro de 1977, sua administração, ele aplicou fortes pressões sobre o Brasil e a RFA. Cyrus Vance e Warren Christopher, Secretário e Sub-secretário de Estado dos EUA, logo viajaram a Bonn e a Brasília, mas suas gestões não tiveram sucesso. Em fins de Março de 1977, o Presidente Jimmy Carter pressionou então o Chase Manhattan Bank e o Eximbank para que suspendessem todos os financiamentos já negociados com o Brasil e até mesmo paralisou o fornecimento à RFA do serviço de enriquecimento de urânio. Seu objetivo consistiu em compelir os dois países a denunciarem ou reverem o Acordo Nuclear, com a introdução de salvaguardas complementares (*comprehensive safeguards*), semelhantes às estabelecidas pelo TNP, e na exclusão da usina de enriquecimento do urânio e reprocessamento do combustível. Estas exigências eram inaceitáveis e a intromissão do Governo norte-americano no Acordo Nuclear aguçou o nacionalismo nas Forças Armadas brasileiras. Como consequência, a pretexto de um relatório do Departamento de Estado sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, o Presidente Geisel, em 19 de Setembro de 1977, abrogou então o Acordo Militar com os EUA, de 1952, bem como os demais instrumentos bilaterais de cooperação entre as Forças Armadas dos dois países.<sup>128</sup> Seis meses depois, março de 1978, ele realizou uma visita oficial a Bonn, a primeira de um Chefe de

---

<sup>127</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de Setembro de 1976, pág. 16.

<sup>128</sup> Sobre o tema veja-se Moniz Bandeira 1989: 234-243.

Estado brasileiro à RFA,<sup>129</sup> e lá foram assinados vários convênios complementares ao Acordo Nuclear, visando ao desenvolvimento da tecnologia de reatores de alta temperatura e utilização do tório como combustível.

Naquela ocasião, durante um banquete oferecido a Geisel pelo Presidente da RFA, Walter Scheel, Helmut Schmidt criticou duramente o comportamento dos EUA,<sup>130</sup> onde quatro dias depois (10 de Março de 1978) o Presidente Jimmy Carter sancionou o *Nuclear Non-Proliferation Act*, com base no qual poderia suspender, a qualquer instante, o fornecimento de urânio enriquecido aos países que não acatassem as diretrizes de política atômica emanadas de Washington. Essa lei proposta fora, em 1975, pelos Deputados norte-americanos Clarence Long e Jonathan Bingham, por causa, exatamente, do Acordo Nuclear Brasil-RFA. Eles consideraram que os exportadores norte-americanos sofreram enormes prejuízos, devido ao fato de estarem submetidos a controles mais rígidos quanto ao tipo de equipamento a oferecer, o que permitiu à RFA conseguir os contratos, embora necessitasse importar dos EUA 86 % do combustível consumido pelas suas usinas. O *Nuclear Non-Proliferation Act* constitui, portanto, grave ameaça não só contra a RFA como também contra a França, cujo abastecimento de urânio enriquecido dependia, fundamentalmente, do serviço dos EUA.<sup>131</sup> O próprio Deputado Clarence Long, em discurso no Congresso norte-americano, declarou:

Se dissermos que não venderemos determinado tipo de equipamento, outros países vão vendê-lo. Entretanto, esses países dependem de nós por muitos anos para o fornecimento de urânio enriquecido. Esse combustível é usado

---

<sup>129</sup> Kubitschek lá estivera, em 1956, mas ainda não assumira a Presidência do Brasil.

<sup>130</sup> *Isto É*, São Paulo, 15 de Março de 1978, pág. 7.

<sup>131</sup> A RFA necessitava importar dos EUA 86 % do combustível nuclear, que utilizava, e a França, 62 %. Ambos continuariam a depender dos EUA até a década de 1980, segundo o Deputado Clarence Long (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de Março de 1978, pág. 10).

para gerar energia elétrica e movimentar as indústrias desses países. O corte dos suprimentos, portanto, ameaçará esses países com a paralisação de seus reatores nucleares e a perda de energia elétrica necessária para sustentar suas indústrias.<sup>132</sup>

Contudo, ao contrário das expectativas, Carter aparentemente evitou agravar a crise no relacionamento dos EUA com o Brasil e a RFA. Autoconvidado, no final de Março, ele visitou Brasília e afirmou que o *Nuclear Non-Proliferation Act* não se aplicava nem ao Brasil nem à RFA.<sup>133</sup> E o mesmo o Secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, repetiu para o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo de Bonn, Hans Dietrich Genscher. As autoridades norte-americanas possivelmente confiaram em que os atrasos, bem como os problemas técnicos e financeiros, que já se evidenciavam, dificultariam a execução do Acordo Nuclear, o que tornava desnecessária sua oposição.<sup>134</sup> Mas, na verdade, continuaram a exigir do Governo brasileiro a aceitação de salvaguardas abrangentes (*full-scope safeguards*), ao que o Departamento de Energia dos EUA condicionou a emissão de licença de exportação para o fornecimento de UF6 enriquecido, destinado à usina construída pela Westinghouse, Angra I. E, dado que o contrato lhe dava exclusividade do fornecimento de tais serviços para Angra I, ameaçou cobrar multa de US\$ 20 milhões, caso o Governo brasileiro recorresse à URENCO, como fonte alternativa. O impasse, que se estabeleceu ao nível do próprio Departamento de Estado, só foi solucionado em 1981, após entendimentos diretos do Embaixador

---

<sup>132</sup> *Ibidem.*

<sup>133</sup> Entrevista do ex-Chanceler Antônio Azevedo da Silveira ao autor, Rio de Janeiro, 20 de Julho de 1987.

<sup>134</sup> «Deutsch-Brasilianisches Atomgeschäft läuft heiß — Verzögerungen und technische Schwierigkeiten stellen Milliarden-Projekt in Frage», em: *Süddeutsche Zeitung*, 6 de Outubro de 1978. Sobre o tema veja-se também José Enrique Greno Velasco: «El Acuerdo Brasil-RFA y el Principio de No-Proliferación Nuclear», em: *Revista de Política Internacional*, Madrid (Centro de Estudios Constitucionales), Noviembre-Diciembre de 1977, págs. 113-143.

Paulo Nogueira Batista, Presidente da NUCLEBRÁS, com o então Vice-Presidente dos EUA, George Bush.<sup>135</sup>

Conquanto as dificuldades financeiras do Brasil, acentuadas, no início dos anos 80, pela recessão mundial e pelo consequente agravamento da crise da dívida externa, concorressem, juntamente com outros fatores, para inviabilizar o programa de construção das usinas nucleares, paralisando até mesmo as obras de Angra II, o Acordo Nuclear de 1975 alcançou, de certa forma, alguns objetivos. As atividades de prospecção e pesquisa de urânio elevaram as reservas do Brasil, da ordem de 11 140 toneladas, conhecidas em 1975, para cerca de 301 290 toneladas, dez anos depois, ao mesmo tempo em que a construção do complexo Minero-Industrial de Poços de Caldas, inaugurado em 1982, permitia a exportação, até 1985, de 670 toneladas de concentrado de urânio, inclusive para a Argentina, Grã-Bretanha e França. E o Brasil obteve, igualmente, o domínio da tecnologia de enriquecimento de urânio. Embora o Acordo Nuclear só se referisse ao processo de jato centrífugo (*Jet Nozzle*), a formação de cientistas e técnicos brasileiros na RFA, de conformidade com o Acordo Geral de Cooperação, de 1969, e o Protocolo Industrial, de 1975, possibilitou a transferência da tecnologia de ultra-centrifugação, dado que eles não estavam sujeitos às salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AICA) e foram absorvidos, ao regressarem, pelo Programa Nuclear Paralelo. Entrementes, o fluxo dos capitais alemães recresceu e sua participação subiu de 11,4 % em 1974, para 13,25 % em 1983, e atingiu, posteriormente, 14 % do total dos investimentos estrangeiros registrados naquele país, patamar em que até 1994 se manteve. Mas o Acordo Nuclear não apenas contribuiu para o adensamento das relações econômicas, comerciais, científicas e tecnológicas entre o Brasil e a RFA. Ele constituiu um dos fatores que mais concorreram para assegurar a redemocratização do Brasil, uma vez que nem a SPD, no

---

<sup>135</sup> Entrevista do Embaixador Paulo Nogueira Batista ao autor, São Paulo, 26 de Maio de 1994.

Governo de Bonn, nem seu aliado de então, a *Freie Demokratische Partei* (F.D.P.), nem a *Christlich-Demokratische Union* (CDU), na oposição, podiam concordar, mormente em face da opinião pública nacional e internacional, com a transferência de tecnologia nuclear para um país que funcionava em permanente regime de exceção, sem respeitar as próprias normas jurídicas e os direitos humanos. O Acordo Nuclear e o Ato Institucional nº 5, decretado em 1968 para robustecer o autoritarismo, não podiam coexistir, e isto levou o Presidente Ernesto Geisel a promover o processo de distensão lenta e gradual na direção do Estado de direito.

Nos anos 70, mais do que qualquer outra nação da Europa, a RFA passou a exercer maior influência política no Brasil e em outros países da América Latina. A crise de hegemonia dos EUA e a crescente multipolarização da economia internacional facultaram à RFA expandir sua influência, como um polo alternativo, na América Latina, onde, no curso da década de 80, o processo de redemocratização alcançou todos os países, inclusive o Paraguai e o Chile. O Brasil, por outro lado, aproveitou tais condições para alargar sua margem de autonomia internacional, na condição de potência emergente. Entretanto, a partir de 1989, a RFA teve de reduzir suas atividades não só econômicas como políticas na América Latina, a fim de destinar os recursos ao Leste Europeu. A situação aí não se apresentou tão segura e favorável a investimentos quanto se esperava, devido a diversos fatores, como carências estruturais, conflitos étnicos, ameaça de instabilidade social e, conseqüentemente, incerteza política. De qualquer modo, o esbarrondamento dos regimes comunistas, com a transição para a economia de mercado, criou as condições para que a RFA se tornasse o grande fornecedor comercial do Leste Europeu, a abastecê-la, inclusive, com produtos da América Latina e, em particular, do Brasil, cujas exportações para aquele país, as quais, no primeiro semestre de 1991, aumentaram mais de 9 % em relação ao

mesmo período do ano anterior.<sup>136</sup> Porém, quando o *Kanzler* Helmut Kohl, em Outubro daquele ano, visitou o Brasil e anunciou a concessão de DM 250 milhões para a proteção da floresta na Amazônia, os interesses da RFA pareciam concentrar-se nas questões ecológicas, a constituírem uma «*nationale Obsession*»,<sup>137</sup> e passara a exigir salvaguardas abrangentes para o fornecimento de tecnologia sensível e renovação do Acordo Nuclear, por mais cinco anos, a partir de 1995. Assim, além dos prejuízos financeiros causados por não o cumprir dentro do prazo, o Brasil, que modificara sua política, dado que a própria Constituição de 1988 proibira a fabricação de armas atômicas, e firmara o Acordo quadripartite com a Argentina, a Agência Brasileiro-Argentina de Controle e Contabilidade de Materiais Nucleares (ABACC) e a AIEA, aderiu integralmente, quer dizer, sem ressalvas, ao Tratado de Tlatelolco, a aceitar, *de facto*, todas as limitações impostas pelo Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares (TNP) à utilização plena da energia nuclear, mesmo que para fins pacíficos, se algum dia a necessitar viesse. Essa decisão possibilitou que o Chanceler Celso Amorim, em Fevereiro de 1994, negociasse, em Bonn, a prorrogação do Acordo Nuclear por um período de mais cinco anos, a partir de 1995, com o prosseguimento das obras de Angra II (o projeto de Angra III foi arquivado) e a exclusão do Brasil da lista H dos regulamentos de comércio exterior da RFA.

---

<sup>136</sup> *Ensaio*, Informações de Comércio Exterior do Banco do Brasil, nº 4, Janeiro de 1994, pág. 5.

<sup>137</sup> Cfr. Botet 1993.

## Índice de fontes e livros

### Arquivos

Archive du Ministère des Affaires Étrangères de France  
 Arquivo de Getúlio Vargas<sup>138</sup>  
 Arquivo Doutel de Andrade  
 Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro)<sup>139</sup>  
 Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores —  
 Brasília  
 Arquivo Nacional — Arquivo Particular de San Tiago Dantas  
 Arquivo Oswaldo Aranha  
 Arquivo Renato Archer  
 Auswärtiges Amt — Politisches Archiv  
 Deutsch-Brasilianische Gesellschaft  
 Harry S. Truman Library  
 National Archives  
 Public Record Office — Foreign Office  
 Rothschild Archives — London

### Literatura

Abreu, Hugo (1979): *Tempo de Crise*, Rio de Janeiro: Editora  
 Nova Fronteira.  
 Ambrose, Stephen E. (1985): *Rise to Globalism: American  
 Foreign Policy Since 1938*, New York: Penguin Books.  
 Andert, Reinhold / Herzberg, Wolfgang (1991): *Erich Hon-  
 necker im Kreuzverhör*, Berlin: Aufbau-Verlag.

---

<sup>138</sup> A abreviatura e os códigos referentes ao Arquivo de Getúlio Vargas referem-se ao tempo em que estavam em poder de sua filha, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, antes de sua transferência para o CPDOC Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea na Fundação Getúlio Vargas.

<sup>139</sup> O Arquivo Histórico do Itamaraty tem sua sede no Rio de Janeiro, onde estão depositados os documentos até 1960. A documentação a partir de 1960 (bem como grande parte dos documentos secretos desde 1945) encontra-se no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília.



- Archer, Renato (1956): *Política Nacional de Energia Atômica*, Rio de Janeiro: edição do autor.
- Autorenkollektiv (1981): *Geschichte der DDR*, Berlin: VEB Deutscher Verlag der Wissenschaften.
- Barboza, Mário Gibson (1992): *Na diplomacia, o traço todo da vida*, Rio de Janeiro: Editora Record.
- Bartlett, C. J. (1984): *The Global Conflict 1880-1970: the International Rivalry of the Great Powers*, London; New York: Longman.
- Benecke, Dieter W. et al. (Arbeitsgemeinschaft Deutsche Lateinamerika-Forschung — ADLAF) (1984): *Las relaciones de la República Federal de Alemania con América Latina: situación actual y recomendaciones*, Bonn: Forschungsinstitut der Friedrich-Ebert-Stiftung.
- Börner, Holger (1988): «Zur Arbeit der Friedrich-Ebert-Stiftung in Brasilien», em: *Deutsch-Brasilianische Hefte* 26/5 (Bonn: Lateinamerika-Zentrum e.V.).
- Borowsky, Peter (1993): *Deutschland 1945-1969*, Hannover: Fackelträger.
- Botet, Violanda (1993): «Die deutsch-lateinamerikanischen Beziehungen in den neunziger Jahren», em: *Außenpolitik* 44/1 (Hamburg: Interpress).
- Bouças, Valentim (1950): *História da dívida externa*, Rio de Janeiro: Edições Financeiras.
- Brunn, Gerhard (1969): «Deutscher Einfluß und deutsche Interessen in der Professionalisierung einiger lateinamerikanischer Armeen vor dem 1. Weltkrieg (1885-1914)», em: *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas* 6 (Köln: Böhlau).
- Brunn, Gerhard (1971): *Deutschland und Brasilien (1889-1914)*, Köln: Böhlau.
- D'Anthouard, Baron (1911): *Le Progrès Brésilien*, Paris: Plon-Nourit et Cie.
- Dennis, Mike (1988): *German Democratic Republic: Politics, Economics and Society*, London; New York: Pinter Publishers.

- Dreifuss, René Armand (1981): *1964: a conquista do estado — ação política, poder e golpe de classe*, Petrópolis: Vozes.
- Dupeux, Louis (1992): *História cultural da Alemanha 1919-1960*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Durán, Esperanza (1985): *European Interests in Latin America*, London: The Royal Institute of International Affairs.
- Erhard, Ludwig (1988): *Gedanken aus fünf Jahrzehnten: Reden und Schriften*, ed. por Karl Hohmann, Düsseldorf; Wien; New York: Econ.
- Fabrício, Ronaldo A. C. / Herzog, Gerold: «Energia Nuclear para o Brasil», em: *Deutsch-Brasilianische Hefte* 24 (Julho-Outubro; Bonn: Lateinamerika-Zentrum).
- Ferreira Lima, Heitor (1976): *História político-econômica e industrial do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Fischer, Peter (1985): «Ist der deutsch-brasilianische Nuklearvertrag gefährdet?», em: *Deutsch-Brasilianische Hefte* 24/1 (Bonn: Lateinamerika-Zentrum).
- Fulbrook, Mary (1991): *The Fontana History of Germany — 1918-1990: The Divided Nation*, London: Fontana Press.
- Füllgraf, Frederico (1988): *A bomba pacífica, o Brasil e outros cenários da corrida nuclear*, São Paulo: Editora Brasiliense.
- Goldenberg, Boris (1969): «Lateinamerika», em: *Die internationale Politik 1963*, München; Wien: R. Oldenbourg.
- Görge, Hermann (sem ano): «Deutsche Außenpolitik in Lateinamerika», em: *Deutschlands Außenpolitik seit 1955*, ed. por Helmut Reuther, sem lugar: Seewald.
- Göthner, Karl Christian (1990): *El comércio entre América Latina y Alemania Oriental en la retrospectiva*, Hamburg: Deutsch-Südamerikanische Bank.
- Grabendorff, Wolf (1982): «Brasil y la República Federal de Alemania: ¿Un modelo para la relaciones entre el Primer y Tercer Mundo?», em: *Estudios Internacionales* 15/57 (Janeiro-Março; Santiago: Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad de Chile).

- Greño-Velasco, José Enrique (1977): «El Acuerdo Brasil-RFA y el principio de no proliferación nuclear», em: *Revista de Política Internacional* 154, Madrid: Centro de Estudios Constitucionales (Novembro-Dezembro).
- Gromyko, Andrei (1989): *Memoirs*, New York: Doubleday.
- Häckel, Erwin: «Der Export von Nukleartechnologie», em: *Die internationale Politik 1975/76* (München; Wien: R. Oldenbourg).
- Hanrieder, Wolfram F. (1991): *Deutschland — Europa — Amerika: die Außenpolitik der BRD 1949-1989*, Paderborn: Ferdinand Schöningh.
- Heitzer, Heinz (1987): *DDR: geschichtlicher Überblick*, Berlin: Dietz.
- Hell, Jürgen (1966): «Der Griff nach Südbrasilien: die Politik des Deutschen Reiches zur Verwandlung der drei brasilianischen Südstaaten in ein überseeisches Neudeutschland (1890-1914)», tese de doutoramento, Rostock.
- Hierneis, Günther (1988): «Warum braucht Deutschland Brasilien? — Wirtschaftliche und politische Betrachtungen zum Verhältnis Deutschland-Brasilien 1983», em: *Deutsch-Brasilianische Hefte* (Bonn: Lateinamerika-Zentrum e.V.).
- Hilferding, Rudolf (1968): *Das Finanzkapital*, Band 1 e 2, Frankfurt am Main; Köln: Europäische Verlagsanstalt.
- Hilton, Stanley G. (1977): *O Brasil e a crise internacional: 1930-1945*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Hilton, Stanley G. (1977): *O Brasil e as grandes potências: os aspectos políticos da rivalidade comercial, 1939-1945*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Hilton, Stanley G. (1977): *Suástica sobre o Brasil: a história da espionagem alemã no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Horne, Alistair (1956): *Return to Power: a Report on the New Germany*, New York: Frederick A. Praeger.
- Kindleberger, Charles P. (1987): *Marshall Plan Days*, Boston: Allen & Unwin.

- Kleinmann, Hans-Otto (1993): *Geschichte der CDU*, Stuttgart: Deutsche Verlagsanstalt.
- Kosthorst, Daniel (1993): *Brentano und die deutsche Einheit: die Deutschland- und Ostpolitik des Außenministers im Kabinett Adenauer 1955-1961*, Düsseldorf: Droste, 1993.
- Kubitschek, Juscelino (1974): *Meu caminho para Brasília*, Rio de Janeiro: Bloch.
- Kubitschek, Juscelino (1975): *Por que construí Brasília*, Rio de Janeiro: Bloch.
- Kubitschek, Juscelino (1976): *A escalada política*, vol. 2, Rio de Janeiro: Bloch.
- Kubitschek, Juscelino (1978): *50 anos em 5*, vol. 3, Rio de Janeiro: Bloch.
- Lilge, Herbert (1965): *Deutschland von 1955-1963*, Hannover: Verlag für Literatur und Zeitgeschehen.
- Lipkau, Ernst Günther: *Brücke zwischen Brasilien und Deutschland: 75 Jahre Handelskammer São Paulo*, São Paulo: Melhoramentos.
- Magalhães, Sérgio (1963): «O período crítico», em: *O Semanário* 361, 28 de Novembro a 4 de Dezembro.
- Manchester, Alan K. (1973): *Preeminência inglesa no Brasil*, São Paulo: Brasiliense.
- Marques, Aguinaldo N. (1960): *Fundamentos do Nacionalismo*, São Paulo: Fulgor.
- Mauß, Hanns W. (1981): «Von der Neuen Weltwirtschaftsordnung zur Neuen Weltwirtschaftsordnung», in: *Die internationale Politik 1975/76*, München; Wien: R. Oldenbourg.
- McCauley, Martin (1979): *Marxism-Leninism in the German Democratic Republic: the Socialist Unity Party (SED)*, London; Basingstoke: Macmillan Press.
- Melo Franco, Afonso Arinos de (1968): *Planalto: memórias*, Rio de Janeiro: José Olympio.
- Menezes, Albene Miriam Ferreira (1987): «Die Handelsbeziehungen zwischen Deutschland und Brasilien in den Jahren 1920-1950 unter besonderer Berücksichtigung des Kakao-handels», tese de doutoramento, Hamburg.

- Ménudier, Henri et al. (1990): *La République Fédérale d'Allemagne dans les Relations Internationales*, Belgique: Éditions Complexe.
- Miller, Susanne / Potthoff, Heinrich (1988): *Kleine Geschichte der SPD: Darstellung und Dokumentation 1848-1983*, Bonn: Neue Gesellschaft.
- Minnemann, Herbert (1977): *Handels- und Schiffsverträge zwischen den Freien und Hansestädten Lübeck, Bremen und Hamburg, und Sr. Majestät dem Kaiser von Brasilien, unterzeichnet zu Rio de Janeiro am 17. November 1827*, Hamburg: Institut für Iberoamerika-Kunde.
- Mirow, Kurt Rudolf (1979): *Loucura nuclear: os enganos do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Moltmann, Günter (1965): *Die Entwicklung Deutschlands von 1949 bis zu den Pariser Verträgen 1955*, Hannover: Verlag für Literatur und Zeitgeschichte.
- Mols, Manfred (1984): «Las relaciones políticas entre la República Federal de Alemania y América Latina», em: *Contribuciones: Estudios Interdisciplinarios sobre Desarrollo y Cooperación Internacional 1* (Janeiro-Março; Buenos Aires: CIEDLA).
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto (1973): *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto (1977): *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto (1989): *Brasil — Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto (1992): *Do ideal socialista ao socialismo real: a reunificação da Alemanha*, São Paulo: Ensaio.

- Moniz Bandeira, Luiz Alberto (1993): *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*, São Paulo: Editora Ensaio.
- Niemayer, Waldir (sem ano): *O Brasil e seu mercado interno*, apêndice, Brasil; EUA: sem editora.
- Normano, J. F. (1939): *A evolução econômica do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Oberndörfer, Dieter (1975): «Lateinamerika als Bezugfeld westdeutscher Außenpolitik», em: *Handbuch der Deutschen Außenpolitik*, München; Zürich: R. Piper.
- Oberacker Jr., Carlos H. (1985): *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*, vol. 1 e 2, Rio de Janeiro: Presença.
- Perry, William (1976): *Contemporary Brazilian Foreign Policy: the International Strategy of an Emerging Power*, Beverly Hills; London: Sage Publications.
- Pfetsch, Frank R. (1993): *Die Außenpolitik der Bundesrepublik 1949-1992*, München: Fink.
- Pinto, Ferreira (1965): *Capitais estrangeiros e dívida externa*, São Paulo: Brasiliense.
- Prien, Hans-Jürgen (1989): *Evangelische Kirchwerdung in Brasilien: von den deutsch-evangelischen Einwanderergemeinden zur Evangelischen Kirche Lutherischen Bekenntnisses in Brasilien*, Gütersloh: Gerd Mohn.
- Rexin, Manfred (1965): *Die Jahre 1945-1949*, Hannover: Verlag für Literatur und Zeitgeschehen.
- Rühle, Jürgen / Holzweissig, Gunter (1988): *13. August 1961: die Mauer von Berlin*, Köln: Edition Deutschland Archiv.
- Salles, Dagoberto (1958): *Energia Atômica: um inquérito que abalou o país*, São Paulo: Fulgor.
- Santos, Maria da Guia (1984): *Außenhandel und industrielle Entwicklung Brasiliens unter besonderer Berücksichtigung der Beziehungen zu Deutschland (1889-1914)*, München: Wilhelm Fink.

- Schmidt-Eenboom, Erich (1993): *Schnüffler ohne Nase: der BND — die unheimliche Macht im Staate*, Düsseldorf: Econ.
- Schwartz, Stuart B. (1985): *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Schwartz, Thomas Alan (1991): *America's Germany: John J. McCloy and the Federal Republic of Germany*, Cambridge (Mass.): Harvard University Press.
- Schwarz, Hans Peter (1991): *Adenauer: der Aufstieg: 1876-1952*, vol. 1, Stuttgart: Deutsche Verlagsanstalt.
- Schwarz, Hans Peter (1991): *Adenauer: der Staatsmann: 1952-1967*, vol. 2, Stuttgart: Deutsche Verlagsanstalt.
- Seitenfus, Ricardo A. S. (1985): *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942: o processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Setti, Ricardo A. (1986): «Alemães tiram dinheiro do país e adiam investimento», em: *Jornal do Brasil*, 4 de Novembro (Rio de Janeiro).
- Spittmann, Ilse (1990): *Die DDR unter Honecker*, Köln: Edition Deutschland Archiv.
- Staritz, Dietrich (1990): «Ein 'besonderer deutscher' Weg zum Sozialismus», em: *Geschichte und Gesellschaft*.
- Steltzer, Hans Georg (1984): *Die Deutschen und ihr Kolonialreich*, Darmstadt: Sozietätsverlag.
- Taunay, Alfonso de E. D. (1939): *História do Café no Brasil*, vol. 3, Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café.
- Távora, Juarez (1958): *Atomos para o Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio.
- Thompson, Robert Smith (1992): *The Missiles of October: the Declassified Story of John F. Kennedy and the Cuban Missiles Crisis*, New York: Simon & Schuster.
- Treue, Wilhelm (1990): *Deutsche Geschichte von Metternich bis zur Gegenwart*, vol. 1 e 2, Stuttgart: Weltbildverlag.
- Truman, Harry (1956): *Memoirs: Year of Trial and Hope*, vol. 2, New York: Doubleday.

- Ulam, Adam B. (1983): *Dangerous Relations: the Soviet Union in World Politics 1970-1982*, New York: Oxford University Press.
- Viana, Cibilis da Rocha (1967): *Estratégia do desenvolvimento brasileiro*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Waldman, Eric (1976): *Deutschlands Weg in den Sozialismus*, Mainz: v. Hase & Koehler.
- Werth, Alexander (1967): *De Gaulle*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Westphal, Wilfried (1984): *Geschichte der deutschen Kolonien*, München: Gondron.
- Wirth, John D. (1973): *A política do desenvolvimento na era de Vargas*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Wyneken, Klaus (1958): «Die Entwicklung der Handelsbeziehungen zwischen Deutschland und Brasilien», tese de doutoramento, Köln.
- Ziller, Gebhard (1983): «20 Jahre Deutsch-Brasilianische Zusammenarbeit in Wissenschaft und Technik», em: *Deutsch-Brasilianische Hefte* 4 (Bonn: Lateinamerika-Zentrum e.V.)

### Outras fontes impressas

- Brasil — 1985 — Comércio Exterior — Séries Estatísticas*, IBGE.
- Brasil Industrial — 1974*, vol. 1, Anuário da Editora Banas.
- Brasilien-Bibliothek der Robert Bosch GmbH*, catálogo, vol. 1, Stuttgart: Deutsche Verlagsanstalt.
- Deutsche Bundesbank: *Monatsbericht April 1993*, Frankfurt am Main.
- Documento da Política Externa*, Rio de Janeiro: Secretaria-Geral Adjunta para o Planejamento Político, sem data.
- Exposição geral da situação econômica do Brasil 1956*, Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Economia, 1957.
- Guerra da Europa: documentos diplomáticos, atitude do Brasil*, Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores; Imprensa Nacional, 1918.



*Papers Relating to the Foreign Relations of the United States, Washington 1936.*

### **Outros Documentos**

Bastista, Paulo Nogueira (1993): «'O Acordo Nuclear Brasil-Alemanha', IV Seminário Nacional sobre 60 Anos de Política Externa», Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do MRE, Programa de Política Internacional e Comparada da USP, Brasília, 8 de Março de 1993, tiposcrito ainda não publicado.

Bundesminister für Wirtschaft (VB 5-954 449), Betr. Brasilien, aqui: «Bilaterale Wirtschaftsbeziehungen», Bonn, 4 de Julho de 1990.

Ferreira Jr., Geraldo Miniuci (1993): «Brasil-Alemanha: relações econômico-comerciais - 1827-1993», Köln, tiposcrito ainda não publicado.

Ministério das Relações Exteriores / Secretaria Geral de Política Exterior / Divisão Especial de Pesquisa e Estudos Econômicos: «Perfil econômico-comercial da Alemanha unificada», Brasília, Junho de 1991.

Thompson Flores, Francisco: «Relações Brasil-Alemanha», 1993, tiposcrito ainda não publicado.